



Programa de Pós-Graduação em
LINGUÍSTICA

**DISCURSO, FAKE NEWS E COMUNIDADE SURDA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA
DE PERIGOSOS CONSENSOS**

São Carlos 2026



WESLEY NASCIMENTO SANTOS

**DISCURSO, *FAKE NEWS* E COMUNIDADE SURDA: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA DE PERIGOSOS CONSENSOS**

**Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Linguística, ao Departamento de
Letras da Universidade Federal de São Carlos,
para obtenção do título de Mestre em Linguística.**

Orientador: Prof. Dr. Carlos Piovezani

**São Carlos-SP
2025**

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) candidato(a) Wesley Nascimento Santos, realizada em 23/03/2026.

Comissão Julgadora:

Prof(a). Dr(a). Carlos Felix

Piovezani Filho (UFSCar)

Prof(a). Dr(a). Ana Lúcia Silva

Souza (UNICampFSCar)

Prof(a). Dr(a) Diléia Aparecida

Martins (UFBA)

O Relatório de Defesa produzido pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação.

AGRADECIMENTOS

A escrita desta dissertação é, acima de tudo, um gesto coletivo. Um caminho trilhado por mim, mas impulsionado por muitas mãos, vozes, silêncios, presenças, ausências e renúncias. Renúncias que não foram leves, mas necessárias. Por isso, desde já, os agradecimentos que aqui faço não seguirão a lógica acadêmica que pede frieza, distanciamento ou neutralidade. Eu sou todo proximidade. Sou afetado, no sentido mais pessoal, mais político e também mais acadêmico dessas palavras.

Agradeço aos meus **ancestrais**, aos **orixás** que me guiam, especialmente **Exu**, senhor da comunicação, que abre caminhos, e **Xangô**, que me sustenta com sua força e justiça, é quem me lembra que não tenho um rei na barriga, tenho um rei na cabeça. Sem essa base espiritual, não haveria firmeza para seguir em frente. Agradeço também a **Nanã**, dona da cabeça de minha avó. Saluba, Nanã. Obrigado por mantê-la viva em mim e neste plano.

À minha **mãe**, minha primeira professora, que desde sempre me ensinou que ser surdo não era motivo de vergonha, mas de potência. Obrigado por me empoderar com a Libras, por nunca desistir de mim, por me proteger, por me ensinar a resistir com amor. Tudo o que sou tem a marca do seu cuidado, da sua garra e do seu colo. Te amo!

Aos meus **irmãos**, que mesmo com as implicâncias e provocações do dia a dia, sempre estiveram comigo com amor, lealdade e parceria. Somos diferentes, mas temos a mesma raiz. Obrigado por me lembrarem sempre de onde venho. **Érica**, muito obrigado também pelos conselhos, pelas risadas, amo vocês.

Ao **Davson Soares**, meu amor, meu parceiro de vida, de sonhos, de luta e de calmaria. Obrigado por caminhar ao meu lado com tanto afeto, companheirismo e paciência, especialmente nos momentos em que eu pensei em parar. Sua presença me dá coragem, e seu amor é um lugar seguro para continuar. Perdão pela ausência em tantos momentos. Obrigado por estar comigo em mais uma etapa da minha vida. Já te disse uma vez, e repito aqui com toda certeza: se você não existisse, eu precisaria te inventar, e criar. Te amo.

À **Sueli Trevisan** e ao **Emerson**, que são minha família escolhida, minha base afetiva e intelectual. Su, você me devolveu a voz quando pensei em silenciar, me lembrou que eu tenho lugar no mundo, e que posso ocupá-lo com orgulho. Emerson, obrigado pelos conselhos sempre

sensatos, pelas conversas lúcidas e generosas. Vocês me sustentaram de formas que as palavras e nem os sinais em Libras não alcançam. Sei que agora estamos distantes fisicamente, mas meu coração estará sempre com vocês. Amo vocês dois.

Ao **Jonas Angelim**, presença firme desde a graduação. Obrigado pela parceria, pela lealdade e pelos caminhos compartilhados. Amo você e celebro o que temos.

À **Mariana do Berimbau**, um presente que Exu me deu, um grande ebó epistemológico na minha vida. Eu amo sua energia, nossos papos, suas provocações, e a maneira como você gira o mundo ao seu redor. Obrigado por ver a potência em mim! Que eu tenha a honra de estar durante muitos e muitos anos contigo, aprendendo, rindo, existindo e resistindo lado a lado.

Ao **Luís Valente**, pelas conversas, pelas risadas e pelas comidas feitas com cuidado, que tantas vezes trouxeram pausa e calor aos dias de escrita. Sua presença atravessou parte desta travessia com calma, companhia e amor, e também com um pouco de Clarice entre nós.

Ao **Lauro Damasceno**, por me incentivar a entrar na pós-graduação quando eu ainda duvidava ser possível. Obrigado por abrir essa porta com generosidade e por sempre acreditar em mim.

À **Casa 4:20**, lar de afetos, debates, risadas e acolhimento. Obrigado por cada conversa, cada café, cada silêncio respeitado. Essa casa me deu fôlego em meio ao caos. Em especial ao **conselho fiscal 4:20**, formado por mim, Davson, Jonas, Sid e Vitória, quando imaginamos que cuidar de uma casa daria tanto trabalho, hahaha! Agradeço pelas ciladas!

Aos meus cachorros **Helena, Francisco e Oswaldo**, por todo o amor incondicional, pelos olhares que dizem tudo, pelos momentos de leveza e ternura. Vocês foram companhia, aconchego e alegria nos dias difíceis.

Aos meus amigos e amigas que estiveram comigo ao longo desta caminhada, meu agradecimento mais sincero. À **Walquiria Dias**, ao **Júlio e aos seus filhos**, sinto saudades e guardo com carinho as memórias dos momentos que vivemos juntos, dos conselhos. Também agradeço a **Ana Paula, Jéssica**, e também ao **Paulo**, ao **Eric** do PPGL, à **Dodora Araújo**. A todos os que, em diferentes momentos, me ofereceram companhia, acolhimento, risadas e silêncio respeitado, saibam que cada gesto ficou marcado em mim. Seguimos conectados, mesmo quando a rotina ou a distância nos impõe pausas. Obrigado por fazerem parte da minha travessia.

Aos grupos de pesquisa **Labor** (Laboratório de Estudos do Discurso) e **LEEDIM** (Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais), meus espaços de investigação, troca e acolhimento. Ali aprendi que a linguagem também é território de disputa e de afeto, e que é possível fazer ciência com compromisso, crítica e pertencimento. Obrigado por me ensinarem que a pesquisa pode (e deve) estar conectada com a vida.

À professora **Luzmara Curcino**, que foi minha orientadora no Programa de Estágio Docência (PESCD) e vice-coordenadora do programa na época em que realizei minha pesquisa, deixo aqui meu agradecimento sincero. Aprendi muito com a senhora, não só sobre docência e linguagem, mas também sobre ética, elegância e escuta. Agradeço imensamente pelo cuidado, pelo acolhimento e pela forma generosa com que acompanhou meu percurso. Lembro, com carinho, do dia em que a senhora abriu minha banca. Naquele momento, e em tantos outros ao longo do mestrado, me vinha sempre a mesma sensação: é chique produzir ciência sobre linguagem ao lado de pessoas como a senhora e o professor Carlos. Sempre disse isso durante o processo, e repito aqui com orgulho. Gosto da forma como o senhor e a senhora falam e da beleza com que produzem pensamento. Muito obrigado!

Ao meu orientador, professor **Carlos Piovezani**, que honra imensa é ser seu orientando. A elegância intelectual do senhor, sua generosidade ética e seu rigor teórico me ensinaram mais do que posso expressar em palavras. Leio os textos do senhor desde antes mesmo de estar na pós-graduação, e hoje, poder dizer que sou seu orientando me faz sentir até um pouco metido, com orgulho e muito respeito. A escuta atenta e crítica do senhor me colocou para lugares mais profundos, mais desafiadores e mais comprometidos com a linguagem. Agradeço por me orientar com firmeza, sensibilidade e ética. Tenho muito orgulho de estar sob sua orientação.

À **Yasmine Martins**, minha neuropsicóloga, pelo cuidado e pela escuta comprometida. Ser uma pessoa neurodivergente é um grande desafio. Viver e produzir no ritmo do mundo exige coragem e energia constantes. Com o seu apoio, estranhamente (e lindamente), sinto que posso atravessar tudo isso e, mais do que isso, colocar no mundo o que trago dentro. Obrigado por me lembrar que meu pensamento tem valor, mesmo quando ele foge da linha.

Agradeço à minha banca pelas contribuições, pela generosidade e por aceitarem fazer parte deste momento tão importante da minha trajetória. À professora **Diléia Martins**, que me acompanha desde a graduação e continua sendo uma referência de potência negra na universidade, e à professora **Ana Lúcia Silva Souza**, pelo olhar cuidadoso e pelas provocações

que ampliaram meu pensamento. Obrigado por compartilharem esse espaço comigo com tanto respeito e escuta.

Quero também deixar registrado meu agradecimento e reconhecimento às **mulheres pretas** e potentes que ocupam e tensionam o campo da Linguística, um espaço ainda estruturalmente branco e excludente. Ter cruzado com presenças como a da professora Dileia Martins e da professora Ana Lúcia Silva Souza é uma confirmação de que é possível existir com dignidade, afeto e força onde muitas vezes nos querem ausentes. A presença de vocês me mostrou que há outras formas de produzir saber, com o corpo, com a ancestralidade e com compromisso ético. Obrigado por abrirem caminhos e sustentarem espaços que muitas vezes nos são negados.

Aos **professores e professoras da pós-graduação**, pelas provocações teóricas que me fizeram expandir horizontes. À UFSCar, por ter transformado minha vida, em especial às políticas de permanência que tornaram possível minha jornada acadêmica.

Ao **Setils** (Coordenadoria de Serviço de Tradução e Interpretação de Língua de Sinais), pelo compromisso com a acessibilidade linguística ao longo desta trajetória. Obrigado pelas diversas aulas interpretadas, pelas palestras acompanhadas e por estarem presentes com tanta dedicação. Obrigado por lerem minhas mãos e darem voz aos meus sinais, numa lógica acadêmica ainda inteiramente ouvinte. Esse trabalho, muitas vezes invisibilizado, foi essencial para que eu pudesse estar, aprender, resistir e reexistir.

À **Associação de Surdos de São Carlos** e à **comunidade surda brasileira**, minha raiz, minha luta é minha inspiração constante. Esta dissertação é para nós. Que ela ecoe nossas vozes, nossos sinais e denuncie os apagamentos que ainda tentam nos silenciar.

Agradeço à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** pelo fomento por meio da bolsa de estudos, que foi essencial para a realização desta pesquisa e para a minha permanência no programa de pós-graduação. Em meio aos desmontes que o Brasil vem sofrendo na educação e na ciência, políticas públicas como essa seguem sendo uma trincheira de resistência e um respiro para tantos de nós que insistimos em existir e produzir conhecimento.

E, por fim, agradeço ao **Wesley de ontem**, aquele menino negro, surdo e autista que um dia duvidou se teria voz neste mundo. Hoje, ele escreve, sinaliza, pesquisa e ocupa. Todo esse ebo epistemológico é, por si só, um ato de insubmissão.

RESUMO

Diversos estudos têm sido consagrados de modo geral à produção das chamadas *fake news* na área da comunicação social e ainda em diversos outros campos do conhecimento das ciências humanas. No entanto, por mais bem-intencionados e qualificados que esses estudos possam ser, e de fato o são, eles costumam partir de uma premissa que, a curto prazo, tem se revelado pouco produtiva. Essa premissa consiste em combater as *fake news* ora tratando de seus “conteúdos”, ora tentando entender sua estrutura formal, para, a partir daí, propor seu combate, geralmente através da formação de leitores mais críticos e competentes. Em outras palavras, esses estudos buscam compreender a presença de temas sociais, políticos, psicológicas, e comunicacionais e certas características das *fake news* e, com base nisso, sugerir ações práticas de letramento digital. Além disso, esses estudos costumam contornar o fato de que as *fake news* são produções de linguagem que circulam em comunidades discursivas diversas e mais ou menos segmentadas. Considerando a questionável eficácia desses estudos em combater as *fake news* a curto prazo, devido às suas abordagens que privilegiam os “conteúdos” falsos dos textos e enunciados que as constituem e sua difusão mais ou menos indistinta numa sociedade, nosso trabalho tem como objetivo analisar discursivamente esses textos e enunciados, examinando mais precisamente a constituição histórica, a formulação linguística e a circulação social de *fake news* reproduzidas no interior de comunidades de surdos, por meio de mensagens, postagens, *etc*, em redes sociais digitais, produzidas no Brasil entre a época pós pandemia de covid-19, o 8 de janeiro de 2023 e a manifestação pró Bolsonaro. Para tanto, fundamentamos nossa proposta em postulados, noções e métodos da Análise do discurso francesa, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e seu grupo, com aportes da reflexão de Michel Foucault sobre a ordem do discurso. Assim, poderemos compreender quais são os elementos do interdiscurso retomados, reformulados e apagados nos discursos que divulgam tipos diversos de distorção da realidade factual, bem como quais são os recursos linguísticos empregados na formulação de seus enunciados e ainda quais são as materialidades por meio das quais eles se difundem e os espaços sociais e institucionais por onde eles circulam. Com a descrição, a interpretação e a compreensão discursiva dos enunciados em que se materializam as *fake news* entre comunidades de surdos, os resultados de nossas análises poderão subsidiar propostas e execuções de políticas públicas e sociais de combate desses discursos de distorção da realidade e de letramento discursivo e digital.

Palavras-chave: *Fake news*; Análise do Discurso Digital; Comunidade surda; Análise do Discurso.

ABSTRACT

Numerous studies have addressed the phenomenon of fake news, particularly within the field of communication studies and, more broadly, in the humanities. While these studies are often rigorous and well-intentioned, they tend to be grounded in a premise that, in the short term, has proven to be of limited effectiveness. This premise involves combating fake news by focusing either on their “content” or on their formal structure, with the goal of fostering more critical and competent readers. In this sense, scholars seek to understand the social, political, psychological, communicative, or linguistic regularities underlying fake news and, based on that understanding, propose practical actions aimed at digital literacy. However, such approaches often overlook the fact that fake news are discursive productions that circulate within diverse and segmented discursive communities. Given the questionable short-term efficacy of approaches that prioritize content analysis and assume a relatively undifferentiated public, this study aims to conduct a discursive analysis of fake news by examining their historical constitution, linguistic formulation, and social circulation within Deaf communities, particularly through posts, messages, and other digital social media content. Our analytical framework draws on the principles, concepts, and methods of French Discourse Analysis, rooted in the work of Michel Pêcheux and his research group, alongside Michel Foucault’s reflections on the order of discourse. This framework allows us to identify which interdiscursive elements are repeated, reformulated, or silenced in the discourses that propagate distorted versions of factual reality, as well as the linguistic strategies employed, the materialities through which such discourses are disseminated, and the social and institutional spaces they inhabit. Through the description, interpretation, and discursive comprehension of utterances in which fake news are materialized within Deaf communities, the findings of this study aim to inform and support the development of public and social policies for countering these forms of discursive distortion and for promoting discursive and digital literacy.

Keywords: Fake news; Digital Discourse Analysis; Deaf communities; French Discourse Analysis.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
Capítulo 1 – A comunidade surda.....	18
1.2 Ciências Sociais:.....	19
1.3 Ciências da Linguagem:	24
1.4 Comunidade Surda	27
2. <i>Fake news</i> e discursos de ódio.....	32
2.1. As fake news, contrato de veridicção e pós-verdade.....	33
2.2. Desinformação e os desafios para os letramentos	34
2.3 A contribuição dos estudos discursivos para a compreensão da desinformação	35
3. Fake News na comunidade surda uma abordagem discursiva	37
Fake News 01: Luta por direitos em Brasília? (08/01/2023)	41
3.1. Elementos da constituição do discurso	42
3.2. Elementos da formulação do discurso.....	42
3.3. Elementos da circulação do discurso	43
3.4. Elementos da constituição do discurso	46
3.5. Elementos da formulação do discurso.....	48
3.6. Elementos da circulação do discurso	50
Considerações Finais	52
Referências	55

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar este trabalho, é importante fazer algumas contextualizações. A primeira delas, sobre a escolha deste tema, que tem uma forte ligação com minha infância. Sou neto de nordestinos: dois pernambucanos e dois baianos. Meus avós maternos, meu avô, um boia-fria, e minha avó, camelô, dona de casa e costureira, vieram de Pernambuco. Já meus avós paternos, da Bahia, também um camelô e uma dona de casa, sendo minha avó também uma yalorixá¹.

Quando eu visitava Pernambuco, mesmo sem entender direito o português, por ser uma pessoa surda, meus avós tentavam interagir comigo. Meu avô materno, nascido em Garanhuns, terra do atual Presidente da República, Lula, costumava me contar que viu Lula crescer e que era um grande admirador de sua candidatura. Ele sempre dizia que nós, netos, precisávamos crescer logo para podermos votar nele, pois queria vê-lo presidente antes de falecer. De fato, ele viveu para assistir ao primeiro mandato de Lula. Em casa, sempre havia uma forte sensação de responsabilidade em estar “do lado certo da história”. Na época, eu me perguntava o que isso significava. Mais tarde, compreendi que se tratava de defender um projeto que colocasse o povo no centro, que falasse a verdade, sem enganação, no sentido de disseminar notícias falsas. Lula disputou eleições à presidência da República desde 1989, quando era uma das principais lideranças da esquerda brasileira, ao lado de Leonel Brizola. Mesmo com inúmeras mentiras que prejudicavam sua candidatura, ele conseguiu chegar ao segundo turno daquelas que eram as primeiras eleições presidenciais com voto direto depois do fim da longa ditadura brasileira em 1985. Com reais chances de vitória, Lula foi vítima de uma extensa e muito difundida série de mentiras a seu respeito, tais como: Que implantaria o comunismo no Brasil, fecharia igrejas, que liberaria uso da maconha ou o aborto, foram inúmeras mentiras que são fáceis de serem buscadas pela internet. Produzidas e reproduzidas não apenas pela campanha de seu adversário, mas também por todos os grandes veículos da mídia brasileira. Além das mentiras sobre Lula, as edições de debates entre ele e Fernando Collor e as divulgações de recortes descontextualizados de suas declarações foram decisivas para sua derrota.

O outro ponto que me levou a este tema de pesquisa é mais recente: a pandemia da COVID-19². Durante esse período, presenciamos um enorme aumento no uso das transmissões ao vivo, as chamadas *lives*, além da publicação de vídeos e outras diversas formas de conteúdo nas redes sociais. Essas mídias serviram tanto para aproximar parentes distantes que poderiam

¹ Mãe de santo, <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em 20 jan. 2025.

² Para mais informações sobre a COVID-19, acesse o site do InformaSUS. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

estar infectados e assim informá-los quanto para desinformá-los. Foi nesse contexto que o fenômeno das *fake news* ganhou força, atingindo de forma significativa a comunidade surda.

A conexão entre esses dois momentos, minha infância, marcada pela construção de um senso crítico e político, e o período contemporâneo atravessado pela desinformação despertou meu interesse em pesquisar a circulação de fake news no interior da comunidade surda.

Para esta pesquisa, selecionei dois textos centrais para análise discursiva. Antes, porém, é importante destacar um momento anterior que compõe o cenário de emergência das fake news no contexto da pandemia. O anúncio da chegada da vacina contra a COVID-19 ao Brasil foi marcado pela propagação massiva de desinformações sobre a eficácia, os efeitos e as intenções políticas por trás da vacinação. Esse contexto revelou o impacto direto da desinformação na saúde pública e também no cotidiano da comunidade surda, que nem sempre teve acesso à informação em Libras.

É nesse ambiente discursivo marcado pela circulação intensa de desinformação que se inserem os dois textos analisados nesta pesquisa, tomados aqui como materialidades discursivas que permitem observar os modos pelos quais certos dizeres se constituem, se formulam e circulam no interior da comunidade surda, especialmente no espaço das redes sociais digitais.

O primeiro recorte se refere ao período posterior à pandemia, marcado por uma forte tensão política e pela radicalização de discursos antidemocráticos, culminando nos ataques de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. Embora os dois acontecimentos não estejam diretamente ligados entre si, ambos se inserem em uma mesma conjuntura de instabilidade política e propagação sistemática de notícias falsas. Ao analisá-los separadamente, busco compreender os efeitos sociais, políticos e identitários da desinformação, com ênfase nos modos como esses efeitos reverberam dentro da comunidade surda.

O segundo recorte parte da circulação de um vídeo específico, amplamente compartilhado em grupos de *WhatsApp* e no *Facebook*, no qual um sujeito surdo reproduz discursos falsos com teor autoritário e ultraconservador. A análise desse material permite problematizar a idealização frequentemente atribuída a sujeitos surdos como sendo “puros” ou “inofensivos”, reforçada por expressões como “ah, é só surdo, não faz mal a ninguém”. Ao contrário dessa romantização, observou-se como sujeitos de minorias sociais também podem ser atravessados por discursos fascistas e engajados na produção e circulação de *fake news*.

Essa constatação reforça a necessidade de compreender a comunidade surda não como um grupo homogêneo, mas como atravessado por disputas simbólicas, tensões políticas e formas de subjetivação diversas.

Esses dois textos, os ataques de 8 de janeiro e a circulação de conteúdos autoritários produzidos por sujeitos surdos, são manifestações distintas, mas interligadas, de uma mesma atmosfera discursiva fomentada durante o governo de Jair Bolsonaro. O bolsonarismo e sua trupe institucionalizaram a mentira como estratégia de governo, espalharam o negacionismo como ideologia e normalizaram o discurso de ódio como prática política. Este trabalho assume que as *fake news* não são meramente boatos ou ruídos comunicacionais, mas parte de um projeto político autoritário que instrumentaliza a linguagem para disseminar medo, desinformação e exclusão, inclusive dentro de comunidades historicamente oprimidas, como a comunidade surda. E mesmo após a saída formal desse governo, os efeitos desse projeto continuam a produzir e ainda produzirão sentidos, subjetividades e práticas nessas comunidades, revelando que o bolsonarismo sobrevive como cultura política ativa, disseminada por meio das redes sociais, dos discursos cotidianos e das formas de pertencimento coletivo.

Diversos estudos têm sido consagrados, de modo geral, à produção das chamadas *fake news* na área da comunicação social e ainda em diversos outros campos do conhecimento das ciências humanas. No entanto, por mais bem-intencionados e qualificados que esses estudos possam ser, e de fato o são, eles costumam partir de uma premissa que, a curto prazo, tem se revelado pouco produtiva. Essa premissa consiste em combater as *fake news* ora tratando de seus “conteúdos”, ora tentando entender sua estrutura formal, para, a partir daí, propor seu combate, geralmente através da formação de leitores mais críticos e competentes. Em outras palavras, esses estudos buscam compreender o funcionamento das regularidades sociais, políticas, psicológicas, comunicacionais ou linguísticas das *fake news* e, com base nisso, sugerir ações práticas de letramento digital. Além disso, esses estudos costumam contornar o fato de que as *fake news* são produções de linguagem que circulam em comunidades discursivas diversas e mais ou menos segmentadas. Considerando a questionável eficácia desses estudos em combater as *fake news* a curto prazo, devido às suas abordagens que privilegiam os “conteúdos” falsos dos textos e enunciados que as constituem e sua difusão mais ou menos indistinta numa sociedade, nosso trabalho tem como objetivo analisar discursivamente esses textos e enunciados, examinando mais precisamente a constituição histórica, a formulação

linguística e a circulação social de *fake news* reproduzidas no interior de comunidades de surdos, por meio de mensagens, postagens *etc.* de redes sociais digitais. Para tanto, fundamentamos nossa proposta em postulados, noções e métodos da Análise do discurso francesa, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e seu grupo, com aportes da reflexão de Michel Foucault sobre a ordem do discurso. Assim, poderemos compreender quais são os elementos do interdiscurso retomados, reformulados e apagados nos discursos que divulgam tipos diversos de distorção da realidade factual, bem como quais são os recursos linguísticos empregados na formulação de seus enunciados e ainda quais são as materialidades por meio das quais eles se difundem e os espaços sociais e institucionais por onde eles circulam. Com a descrição, a interpretação e a compreensão discursiva dos enunciados em que se materializam as *fake news* entre comunidades de surdos, os resultados de nossas análises poderão subsidiar propostas e execuções de políticas públicas e sociais de combate desses discursos de distorção da realidade e de letramento discursivo e digital.

É com base nesse quadro e em sua abordagem discursiva que optamos por dividir este trabalho em três capítulos. O primeiro capítulo discutirá a noção de comunidade, a partir do enfoque que lhe foi dedicado por alguns dicionários, por certos estudos das ciências sociais e ainda por relevantes desenvolvimentos no interior das ciências da linguagem. Esse percurso será realizado no intuito de melhor compreender o que pode significar e como pode funcionar uma comunidade surda, considerando seus aspectos socioculturais, identitários e linguísticos, de modo a evidenciar como o acesso à informação se estrutura nesse grupo, especialmente no contexto digital e pandêmico.

Em seguida, no segundo capítulo, o trabalho abordará a circulação de *fake news* e discursos de ódio, analisando seus impactos sociais e políticos e os mecanismos discursivos que sustentam processos de manipulação, com atenção às especificidades que incidem sobre a comunidade surda. Nessa seção, buscaremos demonstrar como a abordagem discursiva da desinformação é pertinente e produtiva, concorrendo para uma compreensão e uma crítica mais sólidas desse fenômeno.

Já o terceiro capítulo será consagrado à metodologia e seu intuito reside em detalhar os procedimentos utilizados para a constituição do corpus, o recorte temporal adotado, as plataformas selecionadas e os caminhos analíticos fundamentados na Análise do Discurso, e ainda em examinar discursivamente o material que selecionamos. Sucedem esses três capítulos, nossas considerações finais, que, além de conter uma breve recapitulação dos pontos principais

deste trabalho, apresentarão uma reflexão sobre as constatações mais relevantes que conseguimos alcançar, apontando possíveis contribuições para políticas públicas de letramento discursivo e estratégias de enfrentamento à desinformação.

Capítulo 1 – A comunidade surda

O que é uma comunidade?

A pergunta parece simples, quase banal. Mas quanto mais a repetimos, mais ela se desdobra. No senso comum, costuma-se dizer que comunidade é um grupo de pessoas com algo em comum: valores, práticas, afetos, crenças, lutas. Fala-se em comunidade escolar, comunidade LGBTQIA+, comunidade quilombola, comunidade evangélica, comunidade surda. A palavra aparece em tantos lugares, com tantos significados, que corremos o risco de não a olhar com a devida atenção. Mas será que toda reunião de pessoas é, de fato, uma comunidade?

1.1 - Verbetes de dicionários:

Antes de adentrar as discussões teóricas sobre o conceito de comunidade no campo das ciências sociais e da linguagem, é pertinente observar como esse termo aparece definido em obras lexicográficas da língua portuguesa. Os dicionários, ao registrarem os usos correntes das palavras, oferecem um ponto de partida para compreender os sentidos mais difundidos de determinado conceito no uso cotidiano da língua.

Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, comunidade é o “conjunto de indivíduos organizados num todo ou que manifestam, geralmente de maneira consciente, algum traço de união”. Essa definição evidencia dois aspectos centrais: a ideia de organização coletiva e a existência de algum tipo de vínculo compartilhado entre os sujeitos.

No *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, comunidade é definida como um “agrupamento humano caracterizado pela convivência, pela participação em uma vida social comum ou pela partilha de interesses e valores”. Nessa perspectiva, a comunidade aparece associada à experiência de convivência e ao compartilhamento de práticas sociais entre seus integrantes.

De maneira semelhante, o *Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa* apresenta diferentes acepções para o termo, indicando que comunidade pode designar tanto a qualidade do que é comum a vários indivíduos quanto um conjunto de pessoas que vivem em uma mesma região ou que compartilham interesses, tradições, valores ou atividades em comum. O verbe

também destaca que a noção de comunidade pode se referir a grupos definidos por características específicas dentro de uma sociedade mais ampla, evidenciando que o pertencimento comunitário pode ser construído a partir de vínculos culturais, profissionais, religiosos ou políticos (Michaelis, s.d.).

Já o dicionário *online Dicio* descreve comunidade como um conjunto de pessoas que habitam o mesmo lugar ou que pertencem ao mesmo grupo social, compartilhando cultura, história e interesses comuns. A definição também destaca que a comunidade pode se constituir a partir de diferentes formas de vínculo, como profissão, crenças, atividades ou experiências coletivas, inclusive quando os indivíduos não ocupam necessariamente o mesmo espaço geográfico (Dicio, s.d.).

Embora essas definições ofereçam elementos importantes para a compreensão inicial do termo, elas ainda permanecem em um nível descritivo e geral. Para compreender de maneira mais aprofundada como as comunidades se constituem social, cultural e linguisticamente, torna-se necessário recorrer às reflexões desenvolvidas em diferentes campos do conhecimento, como as ciências sociais e os estudos da linguagem.

1.2 Ciências Sociais:

No campo das ciências sociais, o conceito de comunidade apresenta uma complexidade maior do que aquela observada nas definições lexicográficas. O *Dicionário do Pensamento Social do Século XX* destaca que a noção de comunidade é um dos conceitos mais vagos e difíceis de delimitar na teoria social, justamente devido à diversidade de significados atribuídos ao termo e às fortes conotações emocionais que ele costuma evocar (Outhwaite; Bottomore, 1996). Nesse sentido, a palavra passou a ser utilizada de maneira ampla para designar diferentes tipos de agrupamentos sociais, variando desde pequenas aldeias e vizinhanças locais até grupos étnicos, nações e organizações internacionais.

De modo geral, a ideia de comunidade costuma remeter a um conjunto de indivíduos que compartilham uma determinada área geográfica e que interagem dentro de instituições comuns, desenvolvendo entre si um senso de interdependência e integração social. Entretanto, os próprios estudos sociológicos apontam que a existência de indivíduos vivendo ou interagindo em um mesmo território não é suficiente para caracterizar uma comunidade. Mais do que uma estrutura social definida, a comunidade envolve um estado de espírito, um

sentimento de unidade e pertencimento entre os membros que a compõem (Outhwaite; Bottomore, 1996).

Essa dimensão subjetiva torna o conceito especialmente desafiador para a análise sociológica, uma vez que os limites de uma comunidade nem sempre são claros ou fixos. Muitas vezes, eles são construídos a partir de processos de identificação e de reconhecimento mútuo entre os sujeitos. Nesse contexto, a literatura sociológica frequentemente distingue diferentes formas de organização social, como no clássico contraste proposto por Ferdinand Tönnies entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*. Enquanto a primeira remete a formas de convivência baseadas em laços próximos, como parentesco, amizade e vizinhança, a segunda refere-se a relações sociais mais impessoais e contratuais, típicas das sociedades modernas.

Ainda segundo o *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, a noção de comunidade também foi amplamente utilizada na teoria social e política como uma forma de expressar ideias de solidariedade, identidade coletiva e pertencimento. Em muitos contextos, o termo aparece carregado de associações positivas, relacionadas à coesão social, ao interesse público e à vida coletiva. Entretanto, justamente por sua amplitude e por suas múltiplas conotações, a comunidade também se tornou um conceito frequentemente mobilizado em discursos políticos e institucionais, nem sempre correspondendo à complexidade das relações sociais concretas (Outhwaite; Bottomore, 1996).

O cientista político Benedict Anderson, em sua obra *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo* (2008), oferece uma contribuição fundamental para o entendimento das formas modernas de pertencimento coletivo, especialmente no que tange à constituição simbólica das nações. Para Anderson, as comunidades, como as nacionais, não se constituem a partir de laços face a face ou de convivência direta, mas são imaginadas, no sentido de que seus membros compartilham a ideia de pertencer a uma mesma totalidade, ainda que nunca se encontrem pessoalmente. Essa noção rompe com a ideia de que uma coletividade se estabelece apenas pela convivência territorial ou por tradições ancestrais, trazendo à tona o papel das práticas simbólicas e discursivas na produção de laços sociais. A língua, nesse contexto, assume um papel central, pois é por meio dela que os sujeitos se reconhecem mutuamente como parte de uma mesma coletividade.

A emergência da imprensa de massa, especialmente no contexto europeu moderno, contribuiu decisivamente para esse processo. A circulação de jornais, livros e demais impressos

em línguas nacionais fortaleceu a ideia de uma coletividade unificada, mesmo diante das diferenças regionais, sociais e linguísticas. Assim, a comunidade nacional se constitui como efeito de práticas discursivas compartilhadas, como os rituais de leitura simultânea do jornal, que produzem a sensação de partilha, de contemporaneidade e de pertencimento comum. Anderson aponta que esse processo é inseparável de uma organização político-histórica que naturaliza a ideia de nação, transformando-a em uma entidade com passado, presente e futuro compartilhados. Essa naturalização se dá justamente pelo poder da linguagem em produzir afetos, memórias e identidades.

Em outras palavras, as comunidades nacionais são construções discursivas sustentadas por narrativas que as legitimam, seja no campo da história, da literatura, da educação ou da política. Essa perspectiva é particularmente útil para pensar outras formas de comunidade, como a surda, a religiosa, a científica ou a artística, que também se organizam em torno de discursos compartilhados, modos de identificação e pertencimentos simbólicos. A proposta de Anderson amplia a noção de comunidade ao evidenciar que os vínculos coletivos não dependem apenas da materialidade dos encontros, mas de modos discursivos e ideológicos que produzem a sensação de união. Trata-se, portanto, de um pertencimento simbólico sustentado por práticas de linguagem que convocam os sujeitos a se reconhecerem como parte de um “nós”.

Nesse sentido, pensar a comunidade também implica refletir sobre as formas de resistência coletiva e de construção de reconhecimento entre sujeitos que compartilham experiências de exclusão ou marginalização. A pensadora bell hooks (2021) ressalta que a desumanização se sustenta, muitas vezes, pela experiência da humilhação cotidiana. Recuperar a humanidade, portanto, exige vivências de reconhecimento, valorização e afirmação de nossas potências. Para hooks, o enfrentamento das opressões não se dá de forma isolada: é por meio da coletividade que se constrói a resistência.

A autora defende que a comunidade se constitui como um espaço de partilha, cuidado e responsabilidade coletiva, no qual os sujeitos podem reconstruir suas experiências e afirmar suas identidades. Em sua perspectiva, aprender e viver em comunidade significa criar condições para que as diferenças não sejam apagadas, mas reconhecidas e valorizadas. A comunidade, nesse sentido, torna-se um lugar de diálogo, escuta e transformação social, no qual os indivíduos podem encontrar apoio para enfrentar estruturas de dominação como o racismo, o sexismo e outras formas de opressão.

Para bell hooks, a construção de comunidades críticas e solidárias é fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e políticas comprometidas com a justiça social. Ao enfatizar o papel do diálogo, da escuta e do reconhecimento mútuo, a autora propõe que a vida em comunidade possibilita não apenas resistência às opressões, mas também a criação de novas formas de convivência baseadas no respeito, na dignidade e na esperança coletiva. A comunidade é, assim, um espaço ético e político onde as singularidades não apenas se expressam, mas coexistem de modo solidário e transformador.

Nessa direção, Audre Lorde também contribui para pensar a relação entre linguagem, silêncio e resistência coletiva. Em seu ensaio *A transformação do silêncio em linguagem e ação*, a autora argumenta que o silêncio imposto pelas estruturas de opressão não protege os sujeitos marginalizados, mas contribui para a manutenção das desigualdades. Para Lorde (2019), transformar o silêncio em linguagem e ação é um passo fundamental para a construção de formas coletivas de enfrentamento das opressões e para o reconhecimento das experiências compartilhadas.

Nesse sentido, a autora chama atenção para o fato de que muitas pessoas pertencentes a grupos historicamente marginalizados são frequentemente levadas ao silêncio, seja por medo, seja pela ausência de espaços onde suas vozes possam ser legitimamente ouvidas. Esse silenciamento não ocorre apenas no plano individual, mas está profundamente relacionado a estruturas sociais que determinam quais vozes são consideradas legítimas e quais experiências podem ou não ser reconhecidas publicamente. Romper com esse silêncio implica, portanto, um movimento político e coletivo de afirmação da própria existência.

Para Lorde, a linguagem assume um papel central nesse processo, pois é por meio dela que os sujeitos podem compartilhar suas experiências, nomear as injustiças que enfrentam e construir formas de solidariedade entre aqueles que vivenciam condições semelhantes de opressão. Ao transformar o silêncio em linguagem, os indivíduos deixam de ocupar apenas o lugar da invisibilidade e passam a produzir narrativas próprias sobre suas vidas e suas lutas.

Essa transformação também aponta para a importância da comunidade como espaço de escuta, reconhecimento e fortalecimento mútuo. Ao compartilhar experiências e histórias de vida, os sujeitos criam possibilidades de identificação coletiva e constroem vínculos que permitem enfrentar, de maneira conjunta, estruturas de dominação. Nesse sentido, a linguagem não aparece apenas como instrumento de comunicação, mas como uma ferramenta de

resistência e de construção de pertencimento entre aqueles que historicamente tiveram suas vozes silenciadas.

Sob essa perspectiva, Grada Kilomba também contribui para aprofundar a discussão sobre linguagem, silêncio e poder nas relações sociais. Em sua obra *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, a autora analisa como estruturas históricas de dominação produzem mecanismos de silenciamento que determinam quem pode falar e quem pode ser ouvido em determinados contextos sociais. Para Kilomba (2019), o racismo e outras formas de opressão não operam apenas por meio de práticas materiais, mas também por meio de processos simbólicos que regulam a produção e a circulação das narrativas sociais. Nesse sentido, a autora argumenta que sujeitos historicamente marginalizados são frequentemente posicionados em lugares de invisibilidade discursiva, nos quais suas experiências são deslegitimadas ou ignoradas.

Ao discutir essas dinâmicas, Kilomba destaca que romper com esses processos de silenciamento implica reivindicar o direito de narrar a própria história e produzir conhecimento a partir das próprias experiências. A linguagem, portanto, assume um papel central na disputa por reconhecimento e na reconstrução das subjetividades afetadas por estruturas de exclusão. Ao ocupar o espaço da fala, sujeitos historicamente silenciados passam a desafiar as hierarquias de poder que definem quais vozes são autorizadas a produzir saber e quais devem permanecer à margem.

Nesse contexto, a construção de comunidades também pode ser compreendida como um espaço de produção de narrativas compartilhadas e de fortalecimento coletivo diante das estruturas de dominação. Ao criar espaços em que diferentes experiências possam ser enunciadas e reconhecidas, as comunidades tornam-se lugares de elaboração de memória, de resistência e de produção de novos sentidos sobre identidade e pertencimento.

As contribuições desses autores evidenciam que a noção de comunidade não pode ser compreendida apenas como um agrupamento de indivíduos, mas como um espaço de produção de identidades, narrativas e formas coletivas de resistência. Nesse cenário, torna-se fundamental observar também como a linguagem participa da constituição dessas comunidades, bem como dos processos de formulação e circulação dos discursos que nelas se produzem. A partir dessa perspectiva, o conceito de comunidade passa a ser analisado também sob a ótica das ciências da linguagem, aspecto que será explorado a seguir.

1.3 Ciências da Linguagem:

O linguista Marcos Bagno (2017), em seu *Dicionário crítico de sociolinguística*, contribui significativamente para o debate sobre o conceito de comunidade ao trazê-lo para o campo da linguagem, da interação social e da construção de sentidos. Ele desloca a noção de comunidade de um simples agrupamento de pessoas com algo em comum para uma realidade mais dinâmica, situada e relacional. Ao abordar o conceito de comunidade de fala, Bagno retoma uma formulação tradicional da sociolinguística, desenvolvida por autores como Hymes, mas a problematiza ao afirmar que não basta que os indivíduos compartilhem uma mesma língua. É necessário considerar os modos de interpretar, avaliar e normatizar o comportamento linguístico, regras implícitas e explícitas que regulam o uso da língua em contextos sociais específicos. Uma comunidade de fala se estrutura, portanto, a partir de um acordo coletivo, mesmo que tácito, sobre o que é considerado adequado, legítimo ou compreensível no uso linguístico. Bagno ressalta que tais comunidades não coincidem necessariamente com fronteiras geográficas ou nacionais. Pessoas de diferentes localidades podem partilhar uma mesma comunidade de fala, enquanto indivíduos que falam a mesma língua podem pertencer a comunidades distintas, por possuírem valores, expectativas e práticas diferentes quanto ao uso dessa língua. Quando discute as comunidades discursivas, Bagno amplia ainda mais a articulação entre linguagem e prática social ao destacar que certos agrupamentos são definidos não pelo compartilhamento de uma língua, mas por objetivos comunicativos comuns, por gêneros discursivos específicos, por regras próprias de produção textual e por mecanismos de participação que organizam a circulação dos sentidos entre seus membros.

Nesse caso, o pertencimento decorre da capacidade de operar dentro de determinados modos de dizer, como na escrita acadêmica, nos discursos jurídicos, nos textos científicos ou nas práticas religiosas. Participar de uma comunidade discursiva implica engajamento contínuo com suas formas e normas de produção de sentido, um processo que envolve aprendizagem, adaptação e a vivência de disputas internas. Atento às tendências mais críticas da sociolinguística contemporânea, Bagno também alerta para os riscos de se imaginar as comunidades como blocos homogêneos ou estáveis. Para ele, toda comunidade linguística ou discursiva é atravessada por conflitos, desigualdades e hierarquias que moldam o que conta como linguagem legítima, quem pode falar e quem é autorizado a ocupar certos lugares discursivos. A imposição institucional de normas de prestígio, por exemplo, evidencia que o que se considera correto ou adequado está profundamente marcado por relações de poder, status

social e ideologias linguísticas. Ao discutir conceitos como conflito linguístico, variação, diglossia e competência comunicativa, Bagno evidencia que a linguagem não é apenas ferramenta de pertencimento, mas também marcador de exclusão e resistência. Assim, o que se compartilha numa comunidade não é apenas uma forma de falar, mas uma visão de mundo sobre o que significa falar bem, falar certo ou falar dentro da norma. Nesse sentido, a comunidade, vista pela linguagem, revela não apenas laços de união, mas também disputas simbólicas, tensões identitárias e processos de legitimação que definem quem pertence e quem é colocado à margem.

Outras elaborações teóricas nos ajudam a entender as múltiplas camadas que constituem uma comunidade, especialmente quando o foco se desloca para os discursos e seus modos de produção e circulação. Para Charaudeau e Maingueneau (2004), é possível pensar a comunidade a partir de três categorias distintas: a comunicacional, a discursiva e a semiológica. A comunidade comunicacional é caracterizada pelo reconhecimento mútuo entre os membros, baseado nos dispositivos e contratos de comunicação que sustentam os modos de interação. Ou seja, os sujeitos partilham formas específicas de troca e reconhecimento simbólico, como ocorre entre consumidores diante de *slogans* publicitários.

Já a comunidade discursiva está relacionada à partilha de saberes, crenças e modos de formulação do discurso em grupos sociais. Os discursos produzidos nesse âmbito não são apenas manifestações linguísticas, mas também formas de julgamento, de valoração e de enunciação que revelam posicionamentos ideológicos, identitários e culturais. Nessa perspectiva, os sujeitos partilham modos de produzir e interpretar discursos, sustentando práticas discursivas que estruturam os vínculos entre seus membros.

A terceira categoria proposta é a comunidade semiológica, marcada por “maneiras de dizer” mais ou menos padronizadas, que constituem estilos, formas de reconhecimento mútuo e julgamento estético, ético e pragmático sobre o modo de falar. Aqui, mais uma vez, a linguagem é compreendida como produtora de pertencimento e também de exclusão, pois os modos de dizer regulam o que é considerado legítimo ou não em cada contexto.

A partir dos anos 1990, o conceito de comunidade discursiva passou a ganhar centralidade nas pesquisas em análise do discurso, sobretudo naquelas voltadas para a diversidade de formas linguísticas e culturais. Uma dessas derivações é a noção de comunidade discursiva translinguagem, trabalhada por Beacco (1992) e explorada por Charaudeau e

Maingueneau (2004), ancorada nos estudos da etnografia da comunicação. Esse conceito se refere a comunidades em que a interação acontece em mais de uma língua, seja por bilinguismo, multilinguismo ou *translanguaging*. Trata-se de grupos que compartilham normas discursivas e formas de participação em contextos multilíngues, como congressos científicos, conferências internacionais, instâncias diplomáticas ou ambientes corporativos multinacionais.

Nessas comunidades, a diversidade linguística não é apenas tolerada, mas estruturante: ela organiza os modos de enunciação e circulação dos discursos. Como afirmam os autores, o que une os membros dessas comunidades não é apenas a língua utilizada, mas as normas de interação e os gêneros discursivos partilhados. A língua, nesse caso, é apenas uma das variáveis visíveis; o que importa são as afinidades discursivas, as maneiras de agir e os estilos coletivos de produção textual. A análise discursiva desses grupos não pode se limitar às marcas linguísticas visíveis, mas deve considerar os modos de organização das trocas, os intertextos acionados, os modos de pertencimento e as formas de sensibilidade próprias a cada coletividade.

Esse tipo de comunidade evidencia que o pertencimento discursivo não depende exclusivamente da partilha de uma língua comum, mas da inserção em práticas comunicativas que pressupõem valores, normas e modos de dizer compartilhados. A linguagem, mais uma vez, se revela como espaço de tensão entre inclusão e exclusão, entre reconhecimento e disputa por legitimidade.

Essa concepção ressoa com as ideias de Marcos Bagno, quando este discute os modos de pertencimento linguístico e discursivo; com Charaudeau e Maingueneau, ao pensarem as comunidades discursivas e os contratos comunicacionais que produzem e legitimam identidades; e com Benedict Anderson, ao mostrar que toda comunidade envolve uma dimensão imaginária, compartilhada e afetiva. Bell hooks, nesse contexto, nos lembra que a linguagem, para além de instrumento de comunicação, é também ferramenta de cuidado, de escuta e de reconstrução coletiva, reafirmando a comunidade como espaço de luta, mas também de esperança.

A partir da constatação de que as ideologias se materializam privilegiadamente nos discursos, Michel Pêcheux postula a necessidade de um campo que se dedique à análise desse objeto, considerando que a discursividade compreende ao mesmo tempo condições e elementos históricos e sociais, linguísticos e inconscientes. Considerando as diferentes facetas e as

especificidades do discurso, a AD foi concebida no interior do materialismo histórico, cujos postulados foram articulados a princípios, métodos e noções da linguística e da psicanálise. No pensamento de Pêcheux, o discurso não corresponde ao caráter universal da língua, cujas unidades e regras de combinação são as mesmas para todos os membros de uma comunidade linguística, nem tampouco à condição individual da fala, que é singular em cada uma de suas manifestações. O discurso se situa, antes, “num nível intermediário” (Pêcheux, 1990a: 74) entre a universalidade da língua e a individualidade da fala e consiste numa prática regular, que materializa as ideologias e que é determinada pela luta de classes. Por essa razão, podemos dizer que uma comunidade discursiva se constitui pela pertença de seus integrantes a classes e grupos sociais e, sobretudo, por sua filiação a determinadas ideologias.

Contudo, a constituição dessas comunidades de discurso podem ser mais bem concebidas. As coisas ditas no interior de cada uma delas derivam dessa configuração histórica e social do grupo e, ao mesmo tempo, contribuem decisivamente para a manutenção e para o reforço dos laços fundamentais para sua existência. Mas é preciso reconhecer que não apenas o que se diz é responsável pela criação, manutenção e reforço de uma comunidade discursiva. Com base na consideração desse princípio, na esteira de Piovezani e Alves (2024), sustentamos aqui que uma comunidade discursiva se estabelece pelo que dizem seus membros, mas também pelos modos como eles formulam seus dizeres e ainda pelos espaços e meios em que circulam as coisas ditas. Além disso, postulamos que as sensações e os afetos que compartilham entre si são decisivos nos processos de emergência, conservação e consolidação dos laços comunitários.

E o que seria, então, a comunidade surda?

1.4 Comunidade Surda

Se, por um lado, “surdo” é definido, ainda segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, como “aquele que não ouve ou ouve pouco, ou que perdeu o sentido da audição; mouco”, essa definição fisiológica e médica não dá conta da riqueza cultural, linguística e política que envolve a experiência de ser surdo em sociedade. A surdez, neste capítulo, não será tratada como deficiência isolada, mas como marcador de identidade e de pertencimento. É na experiência compartilhada — de língua, de cultura, de opressões e de resistência — que se forma a comunidade surda.

Escrevo aqui, portanto, não apenas com base na teoria, mas a partir da minha vivência. Vivência de quem pertence, de quem participa, de quem sente as fronteiras, os limites e também os afetos que nos costuram como comunidade. Não falo sobre os surdos. Falo como surdo e com os surdos. E é desse lugar que penso a comunidade surda como espaço de encontro, de construção coletiva, de compartilhamento de histórias, mas também de disputas simbólicas e políticas.

Autores como Charaudeau e Maingueneau (2004) ajudam a compreender esse pertencimento ao pensarem a comunidade de fala como algo que vai além do idioma em si, envolvendo convenções, modos de uso e subgrupos com práticas próprias — algo evidente dentro da própria comunidade surda, em que diferentes experiências, variações linguísticas e perspectivas convivem e se tensionam. A comunidade surda, portanto, constitui-se como um grupo coeso, mas atravessado por heterogeneidades internas, que dialogam com as dinâmicas do poder e da legitimação linguística descritas por Bagno (2017).

A vivência comunitária surda é atravessada por propósitos comuns, como a luta por melhores condições de vida, o reconhecimento da Libras, o enfrentamento ao audismo e o capacitismo. Mas também é marcada pela partilha sensível do mundo a partir da visualidade, como nos lembra Gladis Perlin (1998), ao definir o sujeito surdo como aquele que constrói seus sentidos visualmente. A palavra “surdo” ganha, assim, força política e simbólica, ressignificando sua carga histórica. Se antes era marcada por uma ausência (da audição), hoje é um signo de resistência e potência coletiva, sobretudo após a promulgação da Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão.

Essa dimensão de potência comunitária nos permite articular com bell hooks (2021), que nos lembra que a humilhação desumaniza, e que só é possível resistir às opressões em comunidade. Para ela, os espaços coletivos são fundamentais para que experiências de valorização e reconhecimento aconteçam. Em sua perspectiva pedagógica, ensinar e aprender em comunidade é abrir passagem para que as singularidades possam coexistir sem apagamento. A comunidade surda, nesse sentido, não é apenas um lugar de identidade, mas de luta por dignidade, pela escuta do silêncio e pela legitimação de modos próprios de estar no mundo.

Assim, ao falarmos da comunidade surda, falamos também de um campo de forças: entre pertencimento e exclusão, entre hegemonia e resistência, entre imposição e criação coletiva. Trata-se de uma comunidade discursiva, comunicacional e semiológica (Charaudeau,

2001), que constrói seus sentidos não apenas pela língua, mas pelas práticas sociais, políticas e afetivas que sustentam a vida em comum.

Com isso, passa-se a ter mais acesso, principalmente quando se ganha respaldo da Organização das Nações Unidas (ONU), que pontua que o Estado brasileiro deve fornecer condições para que essa comunidade seja vista como uma comunidade com uma diferença linguística, tal como ocorre com a comunidade indígena. Esta, inclusive, possui direitos à educação especializada, e é importante dizer que a comunidade surda também conquistou essa mesma educação especializada, em 2021, com a mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que torna a educação bilíngue de surdos uma modalidade dentro das diretrizes básicas da educação, conforme a Lei nº 14.191/2021, que coloca a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos como independente da Educação Especial.

Outro momento importante para a comunidade surda é o Decreto nº 5.626/2005, um marco na regulamentação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Brasil. Ele estabelece diretrizes e normas para o ensino, uso e difusão da Libras, reconhecendo-a como meio de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira. Os principais pontos abordados no decreto são a reafirmação do reconhecimento da Libras, o ensino da Libras, que traz a obrigatoriedade na formação de professores em todas as escolas de educação básica, tanto para alunos surdos quanto para alunos ouvintes. Abordando também o intérprete de Libras, especificando a formação e atuação desses profissionais em diversos contextos da sociedade. O decreto também trata da divulgação da Libras, ressaltando que órgãos públicos e a mídia devem promover a inclusão e o respeito à diversidade linguística.

Entretanto, mesmo com todo esse aparato legal e jurídico, não tivemos muitos avanços como esperado. Óbvio que não estamos estagnados, mas mesmo com quase 20 anos deste decreto, a comunidade surda ainda sofre com a escassez de intérpretes em diversos contextos sociais, sobretudo no que tange ao acesso à saúde, ao poder jurídico, à política e, especialmente, aqueles que estão fora das capitais sofrem ainda mais com essa escassez, seja pela falta do profissional ou até mesmo pela ausência de repertório linguístico para se fazer uma boa interpretação e tradução.

Sem contar o não acesso a comunicados oficiais, que, mesmo com algum profissional, muitas vezes não tem uma formação adequada. Isso ocorre porque há uma desinformação acerca de como funciona a Libras e não há uma fiscalização sobre esses serviços prestados.

Com isso, abre-se uma brecha para pessoas mal-intencionadas ocuparem essas vagas, mesmo não sendo fluentes. Outro aspecto importante a ser ressaltado é a falta de legendas na maioria das produções visuais, o que inclui comunicados oficiais. Com isso, a comunidade surda recorre às redes sociais, já que na TV aberta não há legendas ou em outros meios oficiais de informação. Nas redes sociais, a informação vem de forma mais mastigada, mas acaba ficando vulnerável a conteúdos informativos.

Um ponto a ser ressaltado é o baixo letramento em português pela maioria dos surdos, especialmente aqueles surdos sinalizantes, que, mesmo ao escreverem em português, não acompanham a estrutura da língua portuguesa, mas sim das línguas de sinais, criando um português sinalizado escrito. Isso contribui para a dificuldade de entender manchetes e textos ambíguos ou sensacionalistas, já que, em sua maioria, os surdos têm a Língua Portuguesa como segunda língua. Precisamos lembrar que, diferente da Libras, que é uma língua de modalidade gesto-visual, o português é uma língua de modalidade oral-auditiva, o que contribui para o baixo letramento desses sujeitos.

Neste caso, a desinformação é produzida de maneira visual, por pessoas que, às vezes, não são fluentes em português e tampouco em Libras, o que faz com que aqueles que têm dificuldade em entender a notícia acabam propagando uma *fake news*. Neste meio, também existem aqueles que propagam desinformação de propósito, pois estão alinhados ideologicamente para disseminar o mal em Libras, por conta de sua modalidade não oral-auditiva, que sofre com a falta de interesse do mundo em entender seu funcionamento, principalmente nas redes sociais, que não possuem uma política de checagem voltada para a comunidade surda, o que agrava esse problema, pois não há mecanismos eficazes para verificar a autenticidade das informações compartilhadas. Como resultado, fake news se espalham com facilidade, impactando a percepção da realidade e influenciando decisões individuais e coletivas.

Dessa forma, compreender as práticas discursivas dentro da comunidade surda, especialmente no contexto digital, perceber como ocorre essa constituição histórica, a formulação linguística e a circulação social é essencial para desenvolver estratégias eficazes de combate à desinformação. A criação de conteúdos acessíveis, a ampliação da presença de intérpretes e a implementação de ferramentas de verificação de fatos em Libras são medidas fundamentais para garantir o direito à informação dessa comunidade. O reconhecimento da

Libras como um idioma pleno e a valorização da cultura surda são passos essenciais para fortalecer a identidade e a autonomia dos surdos em um mundo cada vez mais interconectado.

2. Fake news e discursos de ódio

As *fake news*, fenômeno amplamente disseminado no século XXI, circulam de maneira intensa tanto na mídia tradicional como em jornais e revistas, quanto em plataformas digitais como redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, a exemplo do *WhatsApp*. Essas notícias falsas cobrem uma ampla variedade de temas, indo desde teorias conspiratórias sobre a criação do Coronavírus e a responsabilização dos chineses por sua disseminação, até a incitação à invasão do Congresso dos Estados Unidos por apoiadores de Donald Trump³, motivados por alegações infundadas de fraude eleitoral. Essa circulação intensa é alimentada pela nossa relação quase automática com o ambiente digital, onde muitas pessoas, sem reflexão crítica, compartilham conteúdos com base em valores, crenças e emoções com os quais se identificam.

A situação das *fake news* tornou-se tão preocupante que, no Brasil, foi criada uma proposta de legislação a respeito das *Fake News*, formalmente conhecida como Lei da Liberdade na Internet — para tentar coibir a disseminação desse tipo de conteúdo. O combate à desinformação se tornou inclusive uma questão judicial, com o Supremo Tribunal Federal (STF) abrindo investigações para apurar a veiculação de notícias falsas que atacam a própria Corte. No contexto atual, as *fake news*, assim como o discurso de ódio e a pandemia da COVID-19, podem ser consideradas uma das grandes ameaças globais que precisamos combater com urgência nesta primeira parte do século XXI.

Diversos estudiosos, não apenas da comunicação social, mas também de áreas como a Sociologia, Psicologia e Linguística, têm se dedicado a entender essa nova problemática do século. No entanto, por mais qualificados e bem-intencionados que sejam esses estudos, muitos partem de uma premissa pouco produtiva a curto prazo. Geralmente, eles focam na análise do conteúdo mentiroso das *fake news*, propondo soluções com base na compreensão de suas regularidades políticas, comunicacionais e discursivas. Esses trabalhos investigam, por exemplo, se, e como as *fake news* intensificam a polarização política, quais plataformas são mais utilizadas para sua disseminação (como o *WhatsApp*), ou ainda se há particularidades linguísticas nesses textos, como uso de frases curtas e vocabulário simples. Embora

³ 47º presidente eleito dos Estados Unidos, seu primeiro mandato 2016-2020, tendo sido reeleito em 2024. <https://www.infomoney.com.br/perfil/donald-trump/> Acesso em: 20 jan. 2025

importantes, essas abordagens têm se mostrado insuficientes para enfrentar, de forma rápida e eficaz, a proliferação geométrica das *fake news*.

Diante dessa limitação, o presente projeto de pesquisa propõe um enfoque diferenciado. Em vez de focar exclusivamente no conteúdo das *fake news*, este estudo busca analisar a constituição histórica, a formulação linguística e a circulação social dessas notícias falsas. Isso significa examinar como elas se originam e se inserem em contextos históricos e políticos específicos, de que maneira são formuladas linguisticamente para serem persuasivas e emocionais, e como circulam por diferentes redes sociais e comunidades digitais. Acreditamos que essa abordagem poderá revelar *insights* mais profundos sobre as razões pelas quais as *fake news* se tornam tão eficazes em influenciar opiniões e comportamentos, especialmente em comunidades mais vulneráveis à desinformação.

Esse estudo será fundamental para compreender mecanismos por trás da viralização de *fake news* e como elas conseguem se enraizar no imaginário coletivo, particularmente nas comunidades digitais e nas redes sociais. Além de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes no combate à desinformação, este projeto pode oferecer diretrizes práticas para ações educativas, promovendo o letramento digital e discursivo de forma mais direcionada e eficiente.

2.1. As fake news, contrato de veridicção e pós-verdade.

A compreensão do fenômeno das *fake news* no campo da Linguística, especialmente na Análise do Discurso de orientação francesa, permite deslocar o foco da “mentira” para a lógica de produção de sentidos. Em vez de pensar as *fake news* como distorções isoladas da verdade factual, os estudos discursivos compreendem essas narrativas como efeitos de sentido produzidos sob determinadas formações ideológicas.

Diana Luz Pessoa de Barros (2022), ao mobilizar o conceito de contrato de veridicção de Greimas e Courtés (2008), propõe que o que está em jogo não é a adequação do discurso a um referente, mas a forma como ele é interpretado como verdadeiro. A verdade, nesse contexto, é um efeito de discurso, resultado da articulação entre o “parecer” e o “ser”. A *fake news*, portanto, não é apenas um discurso falso, mas um discurso que parece verdadeiro porque mobiliza marcas que apelam às crenças, afetos e expectativas do enunciatário.

Barros (2020) identifica, nesse processo, um percurso discursivo típico das fake news: falsidade → mentira → verdade. Esse é um dos percursos de verificação mais eficazes, pois parte de algo reconhecidamente falso, transforma-o em algo que parece verdadeiro (a mentira) e, com base na adesão afetiva, faz com que o enunciatário o reconheça como “verdade”.

Além disso, outra faceta é indicada por Rodrigo Seixas (2019), que argumenta que vivemos sob o predomínio de uma racionalidade instrumental e pragmatista, na qual a adesão a certos discursos ocorrem não pela verificação, mas por sua adequação às convicções do sujeito. Trata-se de uma lógica discursiva na qual o desejo de verdade se confunde com a própria verdade. Assim, as *fake news* são consumidas e compartilhadas porque ressoam com a identidade dos sujeitos — e não porque foram verificadas.

2.2. Desinformação e os desafios para os letramentos

O contexto da pandemia de COVID-19 intensificou o problema da desinformação, especialmente nas redes sociais. Como mostram Assis, Komesu e Pollet (2021), o fenômeno da circulação em massa de informações falsas, por vezes imprecisas e por vezes intencionalmente manipuladas, revela a fragilidade dos leitores frente ao volume, à velocidade e à repetição dessas mensagens. Durante a pandemia, não apenas o excesso informacional, mas também o contexto de medo e incerteza, favoreceu a viralização de conteúdos que se apresentavam como explicações rápidas e emocionalmente alinhadas às crenças dos sujeitos, mesmo quando totalmente desprovidos de sustentação factual.

As autoras apontam que o enfrentamento da desinformação exige um novo olhar para os estudos de letramento, que devem ir além da leitura técnica e funcional dos textos. É preciso formar sujeitos capazes de analisar os discursos em sua materialidade linguística, seus efeitos sociais e seus vínculos ideológicos. Isso é especialmente urgente em tempos de pandemia, quando decisões sobre saúde pública, como a vacinação, foram diretamente impactadas por campanhas de desinformação.

Nesse sentido, a noção de letramento midiático-discursivo torna-se fundamental: trata-se de uma prática de leitura que envolve o reconhecimento de gêneros digitais, o entendimento das estratégias discursivas e a avaliação crítica das fontes. Essa leitura crítica, segundo as autoras, é o que possibilita o enfrentamento da desinformação de forma ativa e cidadã.

Entretanto, quando pensamos em comunidades historicamente marginalizadas como a comunidade surda torna-se necessário acionar também a perspectiva do letramento de reexistência, conceito formulado por Ana Lúcia Silva Souza (2009, 2011) e retomado em produções recentes da educação antirracista. Os letramentos de reexistência dizem respeito às práticas de linguagem construídas como formas de resistir, sobreviver e afirmar identidades em contextos de opressão e desigualdade. Trata-se de modos de produzir sentidos que confrontam silenciamentos históricos, disputam narrativas hegemônicas e reconstroem epistemologias a partir da experiência situada dos sujeitos.

Aplicar esse conceito ao campo da desinformação, especialmente durante a pandemia, permite compreender que para a comunidade surda o letramento não se restringe ao domínio de textos em língua portuguesa ou ao consumo crítico de conteúdos digitais. Envolve, sobretudo, práticas de leitura e produção de sentidos mediadas pela Libras, pela visualidade e pelas redes culturais surdas, que historicamente funcionam como espaços de resistência e afirmação identitária.

Assim, o letramento de reexistência oferece uma chave interpretativa essencial para entender como sujeitos surdos enfrentam a desinformação em seus próprios termos. Tal letramento se manifesta quando a comunidade mobiliza recursos linguísticos, culturais e políticos para filtrar, reinterpretar ou contestar conteúdos enganosos, preservando sua integridade informacional e sua autonomia discursiva. Em outras palavras, a resistência à desinformação na comunidade surda não se dá apenas por meio da checagem racional de fatos, mas através de um modo de ler o mundo que está profundamente ancorado em experiências de exclusão, luta e reexistência.

2.3 A contribuição dos estudos discursivos para a compreensão da desinformação

As reflexões apresentadas ao longo deste capítulo buscaram evidenciar como a Análise do Discurso e os estudos de letramento têm contribuído para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno das *fake news*. Em vez de tratar essas mensagens apenas como desvios factuais, essas abordagens reconhecem a centralidade da linguagem na produção de sentidos, crenças e adesões ideológicas, destacando que a desinformação opera no campo do verossímil e da memória discursiva.

A mobilização de conceitos como o contrato de veridicção, a pós-verdade, a circulação discursiva e o letramento midiático-discursivo permitem compreender as *fake news* como construções complexas, ancoradas em determinadas condições históricas e produzidas para ativar afetos, crenças e posicionamentos políticos específicos. Esse deslocamento teórico é essencial para que se compreenda não apenas o conteúdo dessas mensagens, mas os mecanismos pelos quais elas se tornam socialmente eficazes e circulam de forma massiva.

Ao considerar sujeitos e comunidades que historicamente enfrentam desigualdades de acesso à informação, como a comunidade surda, torna-se necessário incorporar também a perspectiva dos letramentos de reexistência. Esse conceito, formulado por Ana Lúcia Silva Souza, evidencia que práticas de leitura e produção de sentido podem funcionar como estratégias de resistência e afirmação identitária diante de processos de silenciamento, opressão e apagamento epistêmico. No contexto da desinformação, essa noção permite compreender que a leitura crítica, para comunidades vulnerabilizadas, não se limita à checagem de fatos, mas inclui modos de reexistir linguisticamente, culturalmente e politicamente.

Assim, a articulação entre Análise do Discurso, letramento midiático-discursivo e letramento de reexistência oferece uma chave interpretativa particularmente potente para compreender como as *fake news* circulam de forma desigual e como certos grupos sociais mobilizam recursos próprios para enfrentar a desinformação. No caso da comunidade surda, práticas de leitura mediadas pela Libras, pela visualidade e pelas redes culturais surdas constituem formas específicas de resistência discursiva e de produção de sentidos que tensionam narrativas hegemônicas e possibilitam a reinterpretação crítica de conteúdos enganosos.

As contribuições discutidas ao longo deste capítulo sustentam a perspectiva analítica adotada nesta dissertação, que buscará compreender a circulação das *fake news* em comunidades vulnerabilizadas informacionalmente, em especial a comunidade surda, a partir de uma abordagem discursiva que reconhece tanto os processos de dominação quanto as práticas de reexistência que emergem no enfrentamento da desinformação.

No capítulo seguinte, serão apresentados os caminhos metodológicos da pesquisa, com a descrição do corpus, das escolhas analíticas e dos procedimentos adotados para a investigação das materialidades discursivas selecionadas.

3. Fake News na comunidade surda uma abordagem discursiva

Conforme avançamos em nossa introdução, esta pesquisa de natureza qualitativa está fundamentada na Análise do Discurso (AD) de linha francesa, cujas bases teóricas derivam dos trabalhos de Michel Pêcheux (1988, 1990), Michel Foucault (1997, 2000) e Eni Orlandi (2001). Parte-se do entendimento de que o discurso é uma prática social e histórica atravessada por posições ideológicas, cujos sentidos são produzidos nas relações entre sujeitos, saberes, instituições e condições materiais de produção. A linguagem, nesse campo, não é concebida como instrumento neutro, mas como instância produtora de sentidos, subjetividades e efeitos de verdade. A Análise do Discurso permite compreender os modos pelos quais sujeitos se constituem nas e pelas formações discursivas que ocupam, e como as ideologias se materializam nas práticas linguísticas. Neste trabalho, adotamos como guia a tríade metodológica proposta por Orlandi (2001): constituição, formulação e circulação do discurso. Essa abordagem permite um gesto analítico que articula os aspectos históricos e ideológicos dos dizeres (constituição), suas realizações materiais e linguísticas (formulação) e os caminhos sociais e tecnológicos que percorrem (circulação).

A pesquisa se concentra na análise de fake news em Libras e em língua portuguesa, produzidas e disseminadas no interior da comunidade surda brasileira, com especial atenção ao recorte temporal que se estende desde o pós COVID-19 no Brasil até os ataques antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e seus desdobramentos. Este intervalo compreende uma fase de intensa polarização política e de reorganização dos discursos de extrema direita, muitos dos quais passaram a ser estrategicamente adaptados para públicos historicamente marginalizados, como a população surda. Com base nisso, foram selecionados dois materiais discursivos que circularam em redes sociais e grupos de WhatsApp, todos com forte potencial de engajamento e marcados por conteúdo desinformativo: um print de mensagem em grupo de WhatsApp de uma associação de surdos de uma cidade do interior paulista, registrado em 8 de janeiro de 2023, no qual uma pessoa surda com ampla legitimidade institucional (professora, pesquisadora, bilíngue) sugere que a comunidade surda participou de uma "passeata" naquele dia, associando o ato golpista a reivindicações legítimas da pauta bilíngue; um vídeo em Libras, gravado por um líder surdo com grande visibilidade na comunidade, convocando outros surdos a protestar “pelo país”, em apoio ao então ao ex-presidente da República, com ampla circulação em grupos de WhatsApp e páginas do Facebook voltadas à comunidade surda, marcado por sinalização emocional, simplificada e com forte apelo patriótico; Também é possível observar

a circulação de conteúdos produzidos em Libras por perfis alinhados à extrema direita nas redes sociais. Um exemplo é a página “Acorda Brasil”, no Instagram, identificada com setores da extrema direita surda, que publica conteúdos antivacina, conspiratórios e antidemocráticos em Libras. Apesar de mencionar a presença de “intérpretes e tradutores”, muitos desses materiais apresentam forte caráter desinformativo e produzem sentidos alinhados ao bolsonarismo e a ideologias autoritárias. A existência desse tipo de conteúdo evidencia que a circulação de fake news não ocorre apenas em português escrito ou falado, mas também em produções visuais em línguas de sinais, o que amplia os desafios para o enfrentamento da desinformação no interior da comunidade surda.

Um aspecto que merece destaque é que todos os materiais selecionados foram produzidos por pessoas surdas e, mais especificamente, por pessoas surdas brancas. Ainda que este não seja o foco central da pesquisa, tal recorrência evidencia um traço estruturante da comunidade surda brasileira, cuja esfera pública e cujas posições de liderança permanecem majoritariamente embranquecidas. A representatividade de pessoas surdas negras e de outros grupos interseccionais é reduzida, de modo que os lugares de maior visibilidade política, cultural e institucional continuam sendo ocupados, em grande medida, por sujeitos brancos. Esse fenômeno contribui para a manutenção de um “modelo de sucesso surdo” racializado, no qual a figura do surdo legitimado bilíngue, escolarizado, reconhecido pelo mundo ouvinte é quase sempre construída a partir da branquitude.

Tal dinâmica pode ser problematizada à luz do conceito de epistemicídio, formulado por Sueli Carneiro (2005, 2011), que descreve os processos históricos pelos quais os saberes, práticas, experiências e produções intelectuais de pessoas negras são sistematicamente silenciados, deslegitimados ou invisibilizados. Segundo a autora, o epistemicídio opera tanto pela eliminação de conhecimentos subalternizados quanto pela supervalorização dos saberes oriundos da branquitude, que passam a ser tomados como universais, neutros e intrinsecamente superiores. Aplicado ao contexto surdo, o epistemicídio ajuda a compreender por que a circulação de discursos inclusive discursos de desinformação costuma adquirir maior força quando proferidos por sujeitos surdos brancos, que ocupam posições de prestígio no imaginário comunitário.

Nesse sentido, a branquitude funciona como um marcador silencioso de autoridade, definindo quem pode ser reconhecido como porta-voz legítimo, como referência política ou como representante de uma suposta racionalidade neutra. Sujeitos surdos brancos com fluência

bilíngue, formação acadêmica e visibilidade institucional tendem a ser investidos do estatuto de “sujeitos autorizados de fala”, nos termos de Foucault (1997), o que lhes confere credibilidade automática e reduz a probabilidade de contestação interna. O resultado é que seus enunciados, mesmo quando carregados de distorções, negacionismos ou alinhamentos a agendas antidemocráticas, encontram menor resistência e maior circulação dentro da comunidade surda.

Assim, o fato de os três materiais analisados terem sido produzidos por sujeitos surdos brancos, ainda que não deliberadamente selecionados dessa forma, revela a persistência de uma ecologia discursiva que reproduz hierarquias raciais e privilegia determinados lugares de enunciação. Isso significa que o problema não reside apenas no conteúdo desinformativo, mas também nas condições históricas e raciais que tornam esses enunciados possíveis e eficazes. Ao evidenciar esse processo, esta pesquisa contribui para desnaturalizar a branquitude como parâmetro de legitimidade dentro da comunidade surda e para compreender como o embranquecimento de suas lideranças e referentes simbólicos facilita a disseminação de narrativas conservadoras, negacionistas e autoritárias. Trata-se, portanto, de reconhecer que as disputas discursivas analisadas aqui não se dão apenas no plano ideológico, mas também no plano racial, atravessando quem fala, de qual lugar fala e com quais efeitos de poder seus dizeres são recebidos e replicados.

A coleta dos dados levou em conta não apenas os conteúdos dos vídeos e mensagens, mas também os efeitos de circulação, observando curtidas, comentários, compartilhamentos e a reação da comunidade surda frente a esses discursos. A Libras, enquanto língua visuo-gestual, possui materialidade própria e estratégias discursivas específicas como expressões faciais, classificadores, uso do espaço e do corpo que também serão consideradas na análise da formulação linguística dos vídeos. A análise será organizada a partir dos três eixos da AD: constituição histórica, formulação discursiva e circulação social. No primeiro eixo, será examinada a inserção dos discursos em contextos maiores, como o avanço do negacionismo durante a pandemia, o discurso contra as instituições democráticas e a instrumentalização da inclusão linguística em nome de agendas autoritárias. Esse eixo observará também os efeitos da adesão da comunidade surda a uma política de direita que se apresenta como "inclusiva", ainda que apenas simbolicamente. No segundo eixo, serão analisadas as escolhas linguísticas, visuais e expressivas nos vídeos em Libras e nas mensagens escritas, observando recursos como apelos emocionais, simplificações, metáforas visuais e uso estratégico da terminologia

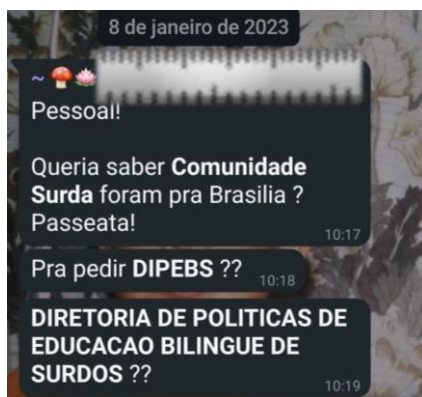
educacional ou institucional. No terceiro eixo, investigaremos os espaços onde os enunciados circularam (*WhatsApp, Facebook, Instagram*), como se estabeleceram redes de compartilhamento.

Além disso, serão considerados aspectos do interdiscurso, atentando-se para os dizeres que retornam, são reformulados ou apagados nas fake news analisadas, bem como os efeitos de verdade mobilizados por sujeitos que ocupam posições de prestígio dentro da comunidade especialmente aqueles que, por possuírem fluência bilíngue, formação acadêmica e visibilidade institucional, são socialmente reconhecidos como sujeitos de fala autorizados. Como afirma Foucault (2000), o sujeito de fala autorizado tende a ser pouco questionado, e seus dizeres são tomados como legítimos não apenas pelo conteúdo, mas pela posição que ocupa no tecido social. Em articulação com a crítica de Skliar (1998) ao modelo ouvintista de sucesso, observa-se que a performance linguística (fluência em Libras e domínio do português) e a visibilidade institucional produzem uma imagem de “surdo que venceu”, dificultando a crítica ao discurso proferido por esses sujeitos mesmo quando ele opera na falsificação de acontecimentos históricos.

Nesse cenário, a Libras, longe de ser apenas um canal neutro de acessibilidade torna-se, muitas vezes, instrumento de persuasão política, operando sentidos que legitimam o autoritarismo sob o disfarce da inclusão. Ao analisar esses movimentos, esta pesquisa buscou compreender como as *fake news* são construídas, reformuladas, silenciadas e disseminadas dentro da comunidade surda, e de que forma os discursos dominantes se reapresentam por meio da linguagem acessível. As reflexões construídas até aqui evidenciam que o acesso à informação em Libras, embora necessário, não é suficiente para garantir uma leitura crítica dos sentidos que circulam em ambientes digitais. Ao contrário, esta pesquisa tem demonstrado que a acessibilidade pode ser mobilizada estrategicamente como instrumento de reforço ideológico, sobretudo quando associada à autoridade simbólica de sujeitos surdos com prestígio social e acadêmico. A circulação de fake news em Libras, portanto, não é um fenômeno marginal, mas central para se compreender os modos de produção, reformulação e naturalização de discursos autoritários no interior da comunidade surda. Com base nesses fundamentos teóricos e metodológicos, iniciamos, a seguir, a análise do primeiro material: um print de conversa em grupo de WhatsApp de uma associação de surdos do interior de São Paulo, publicado no dia 8 de janeiro de 2023, durante os atos antidemocráticos em Brasília. A análise será conduzida à

luz da tríade da Análise do Discurso constituição, formulação e circulação e buscará evidenciar as disputas de sentidos em torno da legitimação ou da recusa dos acontecimentos daquele dia.

Fake News 01: Luta por direitos em Brasília? (08/01/2023)



Print de mensagem publicada por membro da comunidade surda em grupo de WhatsApp durante os eventos de 8 de janeiro de 2023. Informações de identificação foram removidas para preservar o anonimato.

Este material consiste em um print de uma conversa ocorrida em um grupo de WhatsApp de pessoas surdas de uma cidade do interior de São Paulo, no dia 8 de janeiro de 2023. Naquele momento, atos golpistas se desenrolavam em Brasília, com ataques às sedes dos Três Poderes por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. A captura revela uma tentativa de ressignificação discursiva do evento por parte de uma participante surda com prestígio social e acadêmico, que formula uma pergunta enviesada: “*Comunidade Surda foram pra Brasília? Passeata!*”, seguida da menção, em caixa alta, a “*DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS*”.

A análise desse material, como antes já anunciada, será conduzida com base na tríade proposta por Orlandi (2001) — **constituição, formulação e circulação do discurso** — permitindo compreender os efeitos de sentido produzidos por esse enunciado no interior da comunidade surda.

3.1. Elementos da constituição do discurso

O discurso analisado está inscrito em uma conjuntura marcada pela intensificação da polarização política, pelo avanço do bolsonarismo e pela mobilização de discursos de desinformação, inclusive em Libras. O evento de 8 de janeiro de 2023, amplamente caracterizado como uma tentativa de golpe, é ressignificado no enunciado como uma "passeata", isto é, como um protesto legítimo e possivelmente vinculado às pautas da comunidade surda.

Essa tentativa de deslocamento de sentido revela uma filiação a formações ideológicas conservadoras, nas quais se observa a sobreposição entre a retórica da cidadania e práticas autoritárias. O gesto discursivo atua para apagar o caráter antidemocrático do evento e o reinsere no campo das reivindicações educacionais, convocando a memória discursiva da luta por políticas bilíngues (Orlandi, 2001).

O discurso, portanto, não apenas reflete uma posição política, mas **reformula o acontecimento histórico**, produzindo um novo efeito de sentido ao se apropriar de signos e pautas legítimas da comunidade surda, agora articulados a uma narrativa golpista.

3.2. Elementos da formulação do discurso

A materialidade linguística e visual do enunciado é cuidadosamente construída para gerar efeitos de verdade. A mensagem apresenta linguagem verbal escrita, com traços coloquiais, tal como a interpelação com efeito de intimidade presente no vocativo “Pessoal!”, mas mobiliza também recursos gráficos como **caixa alta**, termos relativamente marcados de protestos políticos, corporativos ou associativos, e ainda pontuação com ênfase emocional (“*Passeata!*”) e algumas vezes reforçada, sob a forma de duplicação dos sinais (“*Pra pedir DIPEBS??*”).

A menção à “Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos” grafada em caixa alta evoca uma referência institucional que opera como estratégia de legitimação do enunciado. Trata-se de um uso performativo da linguagem que visa a deslocar o olhar do interlocutor do evento golpista para uma suposta pauta técnica da educação bilíngue, ocultando o verdadeiro conteúdo político do episódio.

A formulação da pergunta em tom retórico, sem apresentar fonte, registro ou evidência, produz uma simulação de dúvida ou ingenuidade, quando na verdade se trata de uma operação discursiva que visa a influenciar a interpretação coletiva do grupo. Como alerta Pêcheux (1988), os sentidos não são dados diretamente pelas palavras, mas pelos **encadeamentos e filiações** que os sujeitos estabelecem com os já-ditos. Neste caso, o enunciado formula uma aliança entre discurso técnico e discurso ideológico, visando mascarar um evento de ataque como reivindicação legítima.

3.3. Elementos da circulação do discurso

O enunciado circula em um grupo de *WhatsApp* composto por pessoas surdas, com diferentes níveis de escolarização e pertencimento político. Trata-se de um **espaço de confiança e identidade compartilhada**, onde o pertencimento linguístico e cultural funciona como legitimador de enunciados, muitas vezes sem a devida problematização crítica.

Entretanto, é possível notar resistência no próprio grupo, expressa por uma resposta com o nome da participante e dois pontos de interrogação (“??”), que pode sinalizar estranhamento ou recusa. Essa reação aponta para a existência de disputas de sentido internas à comunidade surda, revelando que o discurso hegemônico não circula sem atritos, mesmo em ambientes aparentemente homogêneos.

Mais importante, no entanto, é a análise da **posição enunciativa da pessoa que proferiu o discurso**. Trata-se de uma mulher surda, com fluência em Libras, pesquisadora, professora universitária e com domínio da língua portuguesa. Ou seja, um sujeito que, no interior da comunidade, ocupa o lugar simbólico de **sujeito de fala autorizado** (Foucault, 1997). Sua imagem de sucesso acadêmico e profissional reforça o efeito de verdade de seu enunciado, mesmo quando este veicula sentidos distorcidos ou falaciosos.

Como aponta Carlos Skliar (1998), no modelo ouvintista de sucesso, o sujeito surdo que atinge fluência bilíngue e prestígio institucional é muitas vezes tratado como exemplo a ser seguido, o que o blindava de críticas dentro da própria comunidade. Isso contribui para que enunciados proferidos por essas figuras assumam um peso simbólico desproporcional e, por consequência, **tornem-se canais privilegiados para a circulação da desinformação em Libras**.

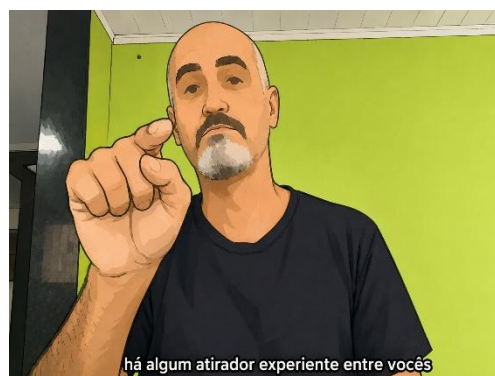
A análise deste material, ancorada na proposta metodológica de Orlandi (2001) e dialogando com os estudos de Paveau, Baronas e Lourenço (2021), bem como com as reflexões de Ponsoni (2023), evidencia a importância de compreendermos os discursos digitais não apenas como textos, mas como práticas discursivas atravessadas por relações de poder, identidades em disputa e condições específicas de produção. No caso analisado, o enunciado veicula uma tentativa de ressignificação que não visa à reparação simbólica ou ao empoderamento de sujeitos historicamente subalternizados, mas à legitimação de um evento antidemocrático por meio da apropriação de pautas da luta surda.

A evocação de termos como “políticas de educação bilíngue” dentro do contexto dos ataques de 8 de janeiro de 2023 revela um movimento discursivo que mimetiza os traços formais da ressignificação, mas inverte seu vetor ético-político. Como apontam Falconi-Pires e Damasceno (2022), ressignificar não é apenas trocar o sentido de uma palavra, mas produzir um gesto discursivo que se inscreva em uma ética da reparação e da resistência. Nesse sentido, o discurso analisado se aproxima do que Julia Lourenço chamou de *hashtag salamandra*, e que Samuel Ponsoni (2023) amplia ao tratar da *ciberviolência discursiva*, quando discursos são reconfigurados para camuflar ataques ideológicos sob signos de pertencimento e identidade.

Além disso, como lembra Ponsoni, os discursos digitais devem ser compreendidos em sua **materialidade nativa**, ou seja, como práticas languageiras e técnicas indissociáveis. No caso do grupo de *WhatsApp* analisado, o pertencimento a uma comunidade surda e o uso de linguagem técnica institucional operam como vetores de circulação privilegiada do enunciado, reforçando sua performatividade. O que se observa, portanto, é a presença de tecnodiscursos que produzem efeitos de verdade dentro de bolhas comunicacionais específicas, configurando o que Paveau (2021) denominou de *ecologia discursiva digital*.

Assim, metodologicamente, articular os princípios da Análise do Discurso de orientação francesa (com ênfase na constituição, formulação e circulação) com os critérios da ressignificação discursiva propostos por Paveau, e as reflexões sobre ciberviolência trazidas por Ponsoni, permite lançar luz sobre processos de disputa de sentidos no interior da comunidade surda em contextos de alta polarização política e desinformação. Ao tratar os discursos como práticas sociais e políticas, esta abordagem contribui para revelar não só o que está sendo dito, mas **quem fala, a partir de qual lugar, com quais estratégias e com quais efeitos de sentido**.

Fake News 02: Estará salvo dessa corja



Prints do vídeo que circulou em grupos do WhatsApp que foi compartilhado.

Dando continuidade à análise, o segundo material examinado é um vídeo em Libras que circulou amplamente em 2023 em grupos de *WhatsApp* e páginas do *Facebook* voltadas à comunidade surda. No vídeo, um líder surdo com grande visibilidade convoca seus pares a participarem de manifestações em apoio ao ex-presidente da República, mobilizando uma retórica nacionalista e emocional. O conteúdo apresenta características típicas de fake news: ausência de fontes verificáveis, simplificação de questões políticas complexas, linguagem de urgência e uso estratégico da sinalização em Libras como fator de credibilidade.

3.4. Elementos da constituição do discurso

A análise deste segundo material também contribui para tensionar um discurso que é frequentemente retomado na constituição de vários enunciados que produzem efeitos de idealização e essencialização do ser surdo, que é ali associado à pureza, à inocência ou à incapacidade de produzir ou reproduzir discursos de violência simbólica. Tal perspectiva, marcada por um discurso capacitista e supostamente afetivo, tende a posicionar pessoas com deficiência no lugar de figuras angelicais, imunes à complexidade dos embates ideológicos. No entanto, sujeitos surdos, como quaisquer outros, são atravessados por formações discursivas contraditórias e podem ocupar posições conservadoras ou mesmo protagonizar a produção e a circulação de conteúdos alinhados a discursos de ódio, desinformação e neofascismo.

Reconhecer essa possibilidade não significa estigmatizar, mas romper com uma lógica de infantilização e despolitização que ainda permeia o imaginário social sobre a deficiência. Assumir que pessoas surdas podem ser agentes ativos inclusive na propagação de discursos autoritários é reconhecer sua plena inserção nas disputas simbólicas do mundo, inclusive naquelas que operam na lógica da exclusão, do silenciamento e da opressão.

A escolha deste segundo dado se justifica não apenas pelo conteúdo desinformativo que veicula, mas sobretudo pela forma como o corpo e a língua sinalizada são mobilizados para reforçar um discurso político alinhado ao bolsonarismo. A análise que se segue buscou compreender como os efeitos de sentido são produzidos nesse material a partir da performance corporal, da estética visual do vídeo e da circulação afetiva da mensagem articulando esses elementos à tríade metodológica já discutida: constituição, formulação e circulação do discurso.

O vídeo analisado está inscrito em uma conjuntura atravessada pela ressaca política e simbólica do ataque golpista de 8 de janeiro de 2023. Passados alguns dias do evento, proliferaram nas redes conteúdos que buscavam reinterpretar os fatos, construir justificativas e reforçar narrativas negacionistas, conspiratórias e antidemocráticas. A produção do vídeo por um sujeito surdo com forte presença digital responde diretamente a esse cenário de disputa pela memória imediata do acontecimento, atuando na tentativa de estabilizar sentidos já postos em circulação por grupos de extrema direita.

Do ponto de vista discursivo, o que se constitui ali não é apenas a fala de um indivíduo, mas a atualização de uma formação discursiva autoritária, marcada pela retórica do inimigo

interno, pela desumanização da figura de Lula e pela tentativa de salvaguardar Bolsonaro como líder messiânico. A frase “Lula precisa ser exterminado” funciona como gesto extremo de inscrição no discurso do ódio, próprio de formações discursivas neofascistas, que operam a partir da anulação da diferença e da eliminação simbólica (ou literal) do adversário político.

Essa constituição está ainda ligada a duas memórias discursivas importantes: esse discurso articula-se a diferentes memórias discursivas que atravessam o cenário político e social contemporâneo. Entre elas, destaca-se, em primeiro lugar, a memória do nacionalismo bolsonarista, marcada por forte apelo a símbolos patrióticos e por uma retórica que associa a defesa da nação a valores tradicionalistas, masculinos, militarizados e moralistas. Essa memória se consolidou durante os anos recentes da política brasileira e permanece ativa na produção de discursos que constroem a ideia de um país ameaçado por inimigos internos, frequentemente representados por adversários políticos identificados com a esquerda.

Nesse quadro, a eliminação simbólica do opositor passa a ser apresentada como forma de proteção da pátria, reforçando imaginários autoritários que associam patriotismo à violência política. Paralelamente, observa-se a mobilização de uma segunda memória discursiva, relacionada à história da luta da comunidade surda por reconhecimento linguístico, direitos sociais e valorização cultural. Ao longo das últimas décadas, a Libras tornou-se um símbolo central dessas reivindicações, funcionando como elemento de afirmação identitária e de resistência frente a processos históricos de exclusão.

No entanto, no vídeo analisado, essa memória é reapropriada e deslocada de seu campo histórico de reivindicação para legitimar um discurso que se opõe às próprias pautas emancipatórias dos movimentos surdos. Ao mobilizar signos culturais da comunidade, como a língua de sinais e a estética visual típica de conteúdos em Libras, o enunciador produz uma inversão ideológica que serve aos interesses da extrema direita, transformando elementos tradicionalmente associados à luta por direitos em instrumentos de legitimação de discursos autoritários.

A materialidade do vídeo também participa dessa constituição discursiva. O fundo verde, o enquadramento fixo e a estética que remete a vídeos informativos ou didáticos da comunidade surda atualizam uma memória de seriedade e confiabilidade frequentemente associada a conteúdos educativos em Libras. Essa evocação não é neutra: ao reproduzir uma

cenografia familiar ao público surdo, o vídeo cria condições de reconhecimento que favorecem a credibilidade do enunciado.

Dessa forma, o discurso se ancora em signos visuais e culturais que historicamente funcionaram como instrumentos de informação e formação dentro da comunidade, mas que, nesse contexto específico, são reapropriados para sustentar narrativas ideológicas alinhadas à extrema direita.

Assim, a constituição do discurso não emerge de forma espontânea, mas se apoia na articulação entre memórias políticas mais amplas e signos culturais específicos da comunidade surda. Ao combinar a memória do nacionalismo bolsonarista com a memória da luta surda, o vídeo produz uma operação discursiva complexa, na qual elementos de resistência são deslocados para reforçar um projeto ideológico autoritário.

Nesse processo, signos culturais que historicamente estiveram ligados à emancipação da comunidade passam a servir como dispositivos de legitimação de discursos de desinformação e de radicalização política.

3.5. Elementos da formulação do discurso

Conforme já frisamos, a formulação do discurso, segundo Orlandi, diz respeito à materialidade concreta do dizer como o sujeito organiza seu gesto enunciativo na língua (ou, aqui, na língua de sinais), que escolhas realiza, que marcas produz no texto.

No vídeo, a formulação apresenta três características fundamentais:

A formulação do discurso no vídeo apresenta uma série de marcas corporais e visuais que intensificam seus efeitos ideológicos e emocionais. Observa-se, inicialmente, uma forte intensificação afetiva produzida pela própria sinalização. O corpo do enunciator permanece tensionado ao longo da gravação: as sobrelanceiras arqueadas, os movimentos bruscos do tronco e a aceleração rítmica dos sinais produzem um ritmo de urgência que constrói uma atmosfera de alerta e combate. Essa agressividade corporal não é casual, mas integra o funcionamento do discurso, ampliando sentidos de perigo iminente e de necessidade de ação imediata. Como lembra Orlandi, o corpo nunca está fora do discurso; ele constitui uma superfície de inscrição do político, participando diretamente da produção de sentidos.

Essa intensificação também se manifesta no uso de sinais carregados de forte densidade ideológica. Expressões como “exterminar”, “corja” e “salvar o país” produzem efeitos de verdade associados ao discurso extremista, mobilizando uma semântica da eliminação do adversário e da defesa da nação. Na língua de sinais, esses elementos adquirem ainda maior impacto devido à sua clareza visual e à força imagética da sinalização. A formulação icônico-visual reforça, assim, o caráter performativo do discurso, fazendo com que o gesto não apenas represente a violência simbólica, mas também a encene no próprio corpo do enunciador.

Outro elemento relevante da formulação é a escolha do vestuário. O enunciador utiliza uma camiseta com a palavra “Libras” acompanhada de desenhos de mãos sinalizando, o que funciona como marcador identitário. Essa escolha não é neutra: ela opera como mecanismo de legitimação discursiva. Ao aparecer vestido com um símbolo da língua de sinais, o sujeito projeta a imagem de alguém profundamente vinculado à cultura surda, reforçando sua posição de autoridade dentro da comunidade. Nesse gesto simbólico, ele não fala apenas como indivíduo, mas se apresenta como representante autorizado, alguém que poderia falar “em nome dos surdos”. Essa construção amplia o efeito de verdade do enunciado e reduz possíveis resistências por parte dos espectadores.

A cenografia do vídeo também contribui para esse efeito de legitimidade. O uso de um fundo verde, frequentemente associado a produções realizadas com *chroma key*, é comum em vídeos didáticos, cursos ou pronunciamentos considerados mais formais. Mesmo quando não há edição posterior, esse recurso visual produz uma sensação de profissionalismo e neutralidade. No vídeo analisado, o fundo verde ajuda a construir uma atmosfera de seriedade, como se o enunciador estivesse realizando uma comunicação oficial ou informativa. Esse enquadramento visual contribui para reforçar a ficção de objetividade do discurso, obscurecendo seu conteúdo autoritário e violento.

Por fim, a posição do corpo e o direcionamento do olhar desempenham papel decisivo na interpelação do espectador. O enunciador mantém o olhar fixo na câmera durante grande parte do vídeo, estabelecendo uma relação direta com quem assiste. Essa estratégia cria uma sensação de proximidade e de diálogo, mas também de comando.

Ao olhar diretamente para a câmera, o sujeito interpela o espectador e o convoca a ocupar uma posição específica dentro do discurso. O surdo que assiste ao vídeo não é colocado apenas como observador, mas como possível participante da ação proposta, sendo interpelado

a aderir ao posicionamento político apresentado ou, no mínimo, a reconhecê-lo como legítimo. Dessa forma, a formulação do discurso combina performance corporal, signos identitários e cenografia visual para produzir um efeito de autoridade, intensificando a potência persuasiva do enunciado e ampliando sua capacidade de mobilização dentro da comunidade surda.

Assim, a formulação funciona como engrenagem de fabricação da credibilidade: cada detalhe a cor do fundo, a camiseta, a marcação corporal trabalha para que um discurso de ódio circule como se fosse um discurso legítimo da comunidade.

3.6. Elementos da circulação do discurso

O vídeo circula em espaços digitais onde as fronteiras entre informação e opinião são altamente porosas: grupos de *WhatsApp*, páginas de *Facebook* voltadas para surdos conservadores e perfis de extrema direita em Libras. Trata-se de uma ecologia discursiva específica, em que a circulação não é apenas quantitativa, mas qualitativa.

A circulação compreende ao menos de três fatores:

A circulação do vídeo analisado está diretamente relacionada à posição discursiva ocupada pelo sujeito que o produz. O enunciador é reconhecido dentro da comunidade surda como uma liderança ou figura pública com visibilidade digital, o que o coloca no lugar de “sujeito de fala autorizado”. Essa autorização não se constrói apenas pela produção do vídeo em si, mas pelo reconhecimento social acumulado em suas redes e pela legitimidade simbólica que ele detém entre determinados grupos da comunidade. Em especial, trata-se de um sujeito que integra um grupo hegemônico de surdos brancos com forte presença nas plataformas digitais, condição que contribui para reforçar sua autoridade discursiva. Nessa perspectiva, sua posição social funciona como um fator que impulsiona a circulação do conteúdo, pois aquilo que é enunciado por sujeitos reconhecidos tende a adquirir maior credibilidade e alcance.

Outro elemento importante na dinâmica de circulação refere-se à lógica de confiança comunitária que atravessa a produção e o compartilhamento de conteúdos em Libras. Historicamente, pessoas surdas enfrentaram dificuldades de acesso à informação em língua portuguesa, devido às barreiras linguísticas e educacionais impostas por uma sociedade majoritariamente ouvinte. Nesse contexto, materiais produzidos diretamente em Libras por sujeitos surdos tendem a ser percebidos como mais acessíveis e confiáveis do que conteúdos apresentados em português. Essa relação de confiança linguística cria um ambiente propício

para a rápida disseminação de vídeos como o analisado, ao mesmo tempo em que dificulta processos de questionamento crítico, uma vez que o conteúdo aparece mediado por uma língua e por um sujeito que pertencem ao próprio grupo.

Além disso, a circulação do vídeo também é influenciada por uma lógica algorítmica e afetiva característica das redes sociais. Como aponta Orlandi, os sentidos não circulam de forma isolada; circulam sujeitos, ideologias e afetos. Nesse caso, o vídeo se propaga menos pelo valor informativo do conteúdo e mais pela intensidade emocional que mobiliza. Sentimentos como raiva, medo e urgência são acionados pela performance do enunciador e pelos enunciados de forte carga ideológica, criando um ambiente propício para o compartilhamento acelerado. O conteúdo passa a operar como um dispositivo de mobilização afetiva que reforça vínculos identitários entre os participantes da rede.

Nesse processo, a circulação não apenas difunde uma mensagem, mas também produz efeitos de pertencimento e de adesão política. Os espectadores não são posicionados apenas como receptores de informação; são interpelados a se reconhecerem como parte de um coletivo que compartilha determinadas crenças, valores e inimigos comuns. Dessa forma, o vídeo contribui para fortalecer uma identidade política específica no interior da comunidade surda, convidando seus membros a aderirem a um projeto ideológico alinhado à extrema direita e às narrativas autoritárias que circulam no cenário político contemporâneo.

Considerações Finais

Esta dissertação teve como objetivo analisar discursivamente a circulação de *fake news* no interior da comunidade surda brasileira, compreendendo-as não apenas como conteúdos falsos, mas como produções de linguagem que participam da constituição de sentidos, crenças e posicionamentos ideológicos. Diferentemente de abordagens que se concentram exclusivamente nos conteúdos das notícias falsas ou em suas estruturas formais, este trabalho buscou compreender esses discursos a partir da constituição histórica, da formulação linguística e da circulação social dos enunciados. Para isso, a pesquisa foi fundamentada nos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa, especialmente nos trabalhos de Michel Pêcheux, com aportes das reflexões de Michel Foucault sobre a ordem do discurso, permitindo analisar como determinados discursos produzem efeitos de verdade e se difundem em comunidades discursivas específicas, como a comunidade surda.

No primeiro capítulo, buscou-se discutir a noção de comunidade surda a partir de diferentes perspectivas teóricas, destacando seu caráter linguístico, cultural e político. O capítulo apresentou reflexões sobre o conceito de comunidade, dialogando com autores como Bagno, Charaudeau e Maingueneau, Benedict Anderson e Bell Hooks, para evidenciar que comunidades são constituídas por práticas discursivas, formas de pertencimento e relações de poder. A partir dessas discussões, foi possível compreender a comunidade surda não apenas como um grupo definido pela ausência de audição, mas como um coletivo marcado por experiências linguísticas compartilhadas, pela centralidade da Libras e por lutas históricas por reconhecimento e acesso à informação.

O segundo capítulo discutiu o fenômeno das *fake news* a partir de uma perspectiva discursiva, destacando como esses discursos se articulam a processos de produção de sentidos, crenças e convicções ideológicas. Nesse capítulo, foram mobilizadas contribuições teóricas que abordam o contrato de veridicção, a lógica da pós-verdade e os desafios contemporâneos relacionados à circulação da desinformação, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19. Além disso, foram discutidas as relações entre desinformação e letramentos, destacando a importância do letramento midiático-discursivo e dos letramentos de reexistência como formas de enfrentamento da circulação de discursos desinformativos.

Por fim, o terceiro capítulo apresentou os caminhos metodológicos da pesquisa e a análise dos materiais selecionados, com base na tríade proposta pela Análise do Discurso constituição, formulação e circulação. A partir da análise de textos que circularam em redes sociais digitais no interior da comunidade surda, especialmente em contextos relacionados aos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 e às mobilizações políticas do período, foi possível observar como determinados sujeitos produzem e disseminam discursos desinformativos em Libras e em português. As análises evidenciaram que a circulação de fake news na comunidade surda está profundamente relacionada às posições de autoridade ocupadas por determinados enunciadores, às dinâmicas de confiança comunitária e às formas específicas de circulação discursiva em ambientes digitais.

À luz das reflexões de Piovezani, torna-se possível compreender de maneira mais ampla os efeitos políticos envolvidos na circulação desses discursos. Como aponta o autor, sociedades marcadas por desigualdades estruturais produzem mecanismos que regulam quem pode falar, de que modo e com quais efeitos de legitimidade no espaço público. Assim:

“uma sociedade hegemonicamente desigual e conservadora consolida meios de calar e menosprezar tanto os discursos que reivindicam sua transformação quanto os modos de dizer daqueles que ela exclui. Com mais forte razão, tais meios de silenciamento e menosprezo se radicalizam em condições públicas de fala, nas quais há conjunção entre tais discursos em defesa do povo e sua materialização em meios populares de expressão” (Piovezani, 2020, p. 246).

Nesse sentido, a disputa política não se dá apenas no plano das ideias, mas também no plano dos corpos autorizados a ocupar determinadas posições de enunciação em espaços de luta e de poder. No contexto analisado nesta pesquisa, observa-se que o corpo surdo historicamente silenciado e marginalizado pode ser mobilizado como instrumento de legitimação de discursos autoritários, justamente por carregar consigo uma imagem de autenticidade e pertencimento comunitário. Dessa forma, os resultados deste estudo evidenciam que a circulação de fake news na comunidade surda não se limita à difusão de conteúdos desinformativos, mas envolve também processos mais amplos de captura simbólica, nos quais vozes associadas ao povo são mobilizadas para sustentar projetos políticos antidemocráticos.

Para encerrar esta dissertação, é importante retomar o lugar de onde esta pesquisa começou. Como apresentado em nossa Introdução, o interesse por investigar a circulação de *fake news* está ligado à minha própria trajetória e a experiências vividas ainda na infância. Neto de nordestinos, cresci em um ambiente marcado por histórias de luta, trabalho e participação política, no qual era recorrente a ideia de que era preciso estar “do lado certo da história”. Naquele momento, eu ainda não compreendia plenamente o significado dessa expressão. Com o tempo, fui percebendo que ela estava relacionada à defesa de projetos comprometidos com o povo e com a verdade, bem como à necessidade de reconhecer como mentiras e distorções da realidade podem ser mobilizadas no campo político. Retomar essa memória ao final deste trabalho permite compreender que esta pesquisa não nasce apenas de uma inquietação acadêmica, mas também de uma experiência de vida atravessada pela percepção de que os discursos falsos ou verdadeiros ou ainda, talvez, melhor, os discursos da opressão e os discursos da emancipação produzem efeitos concretos na história e na vida das pessoas.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASSIS, Juliana Alves; KOMESU, Fabiana; POLLET, Marie-Christine. A formação do leitor no contexto da desinformação e das fake news: desafios para os estudos de letramentos na pandemia da covid-19 e além. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 60, n. 3, p. 1433–1457, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/010318138670020924610>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- BAGNO, Marcos. *Dicionário crítico de sociolinguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BARONAS, Roberto; LOURENÇO, Julia; PAVEAU, Marie-Anne. *Ressignificação: uma abordagem discursiva*. São Carlos: Pedro & João, 2021.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. As fake news e as “anomalias”. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 29–46, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/les.v21i2.27870>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contrato de veridicção: operações e percursos. *Revista Letras*, Curitiba, v. 18, n. 2, p. 23–45, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/85372>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, T. B. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser: o racismo na perspectiva de Sueli Carneiro*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução de Maria das Graças Borges. São Paulo: Contexto, 2004.
- COMUNIDADE. In: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ. Instituto Antônio Houaiss. Disponível em: Acesso em: 12 jul.2025

CURCINO, Luzmara. *Discurso e (pós)verdade*. Editora: São Paulo, SP: Editora Parábola Editorial.

DICIO. *Dicionário Online de Português*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 01 de janeiro de 2026.

FALCONI-PIRES, Livia Maria; DAMASCENO, Lauro. [Resenha de:] PAVEAU, Marie-Anne; BARONAS, Roberto Leiser; LOURENÇO, Julia Costa. *Ressignificação em contexto digital*. São Carlos: EdUFSCar, 2021. 132 p. *Polifonia*, Cuiabá, MT, v. 29, n. 55, p. 121–129, jun./set. 2022.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1997.

HOOKS, bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. Tradução: Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PAVEAU, Marie-Anne; BARONAS, Roberto Leiser; LOURENÇO, Julia Costa. *Ressignificação em contexto digital*. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PERLIN, Gladis. **Identidades Surdas**. In C. Skliar (Org.) *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

PIOVEZANI, Carlos. *A voz do povo: uma longa história de discriminações*. Petrópolis: Vozes, 2020.

PONSONI, Samuel. Ciberviolência e resignificação discursiva: o ódio contra a universidade brasileira. *Extraprensa*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 59–75, jan./jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2023.209256>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em:

<https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 01 de janeiro de 2026.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. Letramentos de reexistência: práticas de leitura em comunidades periféricas. In: RIBEIRO, Vera Lúcia; SIQUEIRA, Simone (orgs.). *Letramentos de reexistência: culturas e práticas na formação de professores*. Salvador: ABPN, 2011.

SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (im)provável: linguagem e surdez*. Porto Alegre: Mediação, 1998.